

THIARA BERNARDO DUTRA

OFÍCIOS DA LIBERDADE:
A CONQUISTA DA ALFORRIA ATRAVÉS DOS OFÍCIOS MECÂNICOS,
VILA RICA (1770-1810)

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2011

THIARA BERNARDO DUTRA

OFÍCIOS DA LIBERDADE:
A CONQUISTA DA ALFORRIA ATRAVÉS DOS OFÍCIOS MECÂNICOS,
VILA RICA (1770-1810)

Monografia apresentada ao curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andréa Lisly Gonçalves

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2011

*A perseverança e esforço dedicados e às
pessoas que me acompanham em todos os
momentos.*

AGRADECIMENTOS

Muitas foram às dificuldades para se conseguir finalizar esse pequeno trabalho de conclusão de curso. Que diante da felicidade em vê-lo pronto, não caberia aqui citá-las. Procuo sempre ver o que as dificuldades podem nos proporcionar, e de fato a sensação da conquista e do dever cumprido com certeza é muito maior diante desses acontecimentos. E sem dúvida agradecer a todos aqueles que contribuíram de qualquer forma para a conclusão não só desse trabalho como também do curso de História Bacharelado, passa a ser aqui algo primordial.

A Deus por estar sempre ao meu lado me dando força para que eu nunca desista dos meus objetivos, e discernimento para que eu faça as escolhas certas.

À Universidade Federal de Ouro Preto e o Instituto de Ciências Humanas e Sociais, pelo ensino, assistência e formação.

Agradeço à Andréa Lisly, pela ajuda e oportunidade oferecida a partir da iniciação científica que me possibilitou adentrar no universo das alforrias. Agradeço ao Professor Álvaro que em duas conversas me apresentou o mundo dos ofícios mecânicos, pelo qual fiquei encantada e resolvi em cima da hora mudar o recorte do meu objeto. Valeu à pena. Ao querido Professor Marco Antônio Silveira que contribui grandemente para minha graduação. Com você descobri mais sobre as Minas, além de aprender todas as práticas que um historiador necessita para iniciar sua pesquisa.

À querida e paciente Maria Luísa, ao me ajudar com todos os processos burocráticos que o Colegiado exige para que possamos colar grau, sempre me mantendo informada sobre tudo que eu precisava saber. À Crislayne o seu trabalho serviu de base e inspiração para o meu e a sua ajuda mandada via *Facebook* foi pontual para a validação da minha pesquisa.

À Jussara Duarte, Wagner Fernandes e Daniel Pragana, muito mais que companheiros de curso, vocês foram e continuarão sendo parte importante da minha História.

À minha mãe Alda pelo exemplo de garra e persistência e aos meus irmãos Kauã e Roberta pelo carinho. Ao Henrique, por ser muito mais que a pessoa que escolhi para passar os meus dias, você é o meu amor. Obrigada a vocês por serem minha família.

À amada e saudosa República Cantinho do Céu vocês são “meus amores, minha família”. E a comarca de Ouro Preto, que abriga as lindas cidades de Ouro Preto e Mariana, respectivamente, sem dúvida nenhuma foi o cenário perfeito.

“Não creio, no sentido filosófico do termo, na liberdade do homem. Todos agem não apenas sob um constrangimento exterior, mas também de acordo com uma necessidade interior.” Albert Einstein.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é de estabelecer o escravo como sujeito histórico ativo dotado de estratégias para a conquista de sua liberdade. Partindo do ponto de que o escravo possuía estratégias para negociar com seu senhor, e este por sua vez reconhecia a importância do cativo. A aprendizagem de um ofício mecânico, nesse sentido, seria uma das estratégias de negociação. O recorte espacial e temporal, respectivamente, Vila Rica entre 1770 a 1810. Serão também evocados aqui os ofícios mecânicos e sua dinâmica no trabalho, a partir de uma revisão da historiografia que trata sobre a questão das alforrias em Minas Gerais, no século XVIII e XIX, e dos ofícios mecânicos em Minas Gerais.

ABSTRACT

The objective of this research is to establish the slave as a historical asset gifted strategies for achieving their freedom. Starting from the point that the slave had strategies to deal with his master, and this in turn recognized the importance of the captive. Learning a craft mechanic, accordingly, would be one of negotiation strategies. The spatial and temporal clipping, respectively, between Vila Rica from 1770 to 1810. Will also be mentioned here trades mechanics and dynamics at work, from a review of the historiography that deals with the question of manumission in Minas Gerais in the eighteenth and nineteenth century, and mechanical trades in Minas Gerais.

Lista de tabelas ou de gráficos

Tabela 1 – Relação do ofício de seus senhores e seus escravos, Ouro Preto e Mariana (1740/1810).....	30
Tabela 2 – Quadro de escravos de Baltazar Gomes do Azevedo, conforme seu testamento, Vila Rica, 1789.....	33
Tabela 3 – Comparação entre os preços dos escravos após avaliação das suas habilidades mecânicas.....	35
Tabela 4 – Número de escravos de João Francisco dos Santos, conforme inventário, Vila Rica, 1788.....	37
Tabela 5 – Preço médio de escravos oficiais nas minas setecentistas, Ouro Preto e Mariana (1740/1810).....	37
Tabela 6 – Alforrias e Coartações de escravos artesãos, Ouro Preto e Mariana (1740/1810).	42

Lista de abreviaturas e/ou símbolos

AHMI – Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência.

AHCP – Arquivo Histórico da Casa do Pilar

AHCSM – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

APM – Arquivo Público Mineiro

CMOP – Câmara Municipal de Ouro preto

Sumário

1- Introdução.....	9
2- Jogos de interesses: As relações estabelecidas nas minas frente à intervenção metropolitana.....	
2.1 – A dinâmica interna da colônia sob a ótica da micro-história italiana e a influência de Fredrick Barth.....	11
2.2 – Aspectos políticos dessa dinâmica.....	13
2.3 – Aspectos econômicos dessa dinâmica.....	15
2.4 – Discussão historiográfica em torno da leniência da escravidão.....	16
2.5 – Os novos arranjos escravistas pós-crise da mineração.....	18
3- Ofícios mecânicos: O exemplo português e a aplicação nas Minas.....	22
3.1 – Os ofícios mecânicos em Vila Rica.....	23
3.2 – Ofícios mecânicos: possibilidades de associações em Vila Rica.....	25
4- A participação dos escravos no universo dos ofícios mecânicos.....	29
4.1 – Os mestres-oficineiros e seus plantéis de escravos.....	31
4.2 – As alforrias em Minas Gerais: um breve comentário.....	38
4.3 – Ofícios mecânicos: possibilidades de conquista da liberdade.....	40
4.4 – Ofícios mecânicos: possibilidades de ascensão social.....	44
5- Conclusão.....	48
6- Referências Bibliográficas.....	49

INTRODUÇÃO

O trabalho manual, ao longo dos tempos e em diversas regiões, sempre foi tido como um fator por si só de exclusão social, na medida em que considerado como um “defeito mecânico”, a utilização da força física como forma de trabalho era relegada aos pobres. No Brasil, mais especificamente, essa distinção em relação aos ofícios mecânicos ou manuais pela sociedade e, principalmente, pelos trabalhadores livres, tem ainda um maior vigor devido à existência das relações escravistas que intensificaram essa diferenciação no que tange o trabalho braçal, por considerá-lo serviço de escravo. Tentativa essa, muitas vezes empreendidas por trabalhadores livres buscando uma distinção em relação aos cativos.

As controvérsias sobre esse preconceito em relação às “artes mecânicas” aparecem na medida em que pretendo mostrar outra visão sobre esses ofícios. No momento em que a partir do aprendizado do ofício mecânico, um escravo, por exemplo, tem a chance de conquistar sua liberdade. Fazendo com que o trabalho manual seja valorizado, ainda que apenas por um grupo social. Para além da discussão sobre o trabalho em si e seus aspectos valorativos na sociedade, o objetivo desse estudo é tão somente traçar os aspectos que contribuíram para que os escravos através do aprendizado de um ofício mecânico, de uma “especialização”, conseguissem alcançar a alforria. O mundo dos ofícios mecânicos se abre para o escravo como um universo de possibilidades para além das amarras da escravidão.

Sob a ótica de Fredrich Barth que formulou o conceito de sociedade fragmentada e aberta, primeiro porque os atores envolvidos são pessoas diferentes entre si, cada um com sua valoração, segundo porque a ação desses atores envolvidos é guiada por valores de mundos distintos. E mesmo assim, ainda que fossem diferentes, com visões de mundo distintas, essas pessoas confluíam para uma sociedade. E é de acordo com essa visão que se busca aqui analisar a existência de um “jogo de interesses” que regulava as relações entre esses indivíduos, que no caso recai sobre os senhores e escravos. Analiso aqui, os indivíduos como seres ativos, voltados para a ação, dotados de estratégias que o possibilite a variadas formas de negociação dentro das relações escravistas. Os ofícios mecânicos nesse sentido vão representar as variadas possibilidades de obtenção da liberdade pelo escravo, e digo obtenção uma vez que, esse escravo é um agente ativo voltado para a realização de seus interesses.

Ao analisar as dinâmicas políticas e econômicas de Minas Gerais no século XVIII, pretendo tão somente mostrar o ambiente no qual esse escravo estava inserido. A discussão de Laura de Melo e Souza é pertinente ao exemplificar esse ambiente a partir da política, uma

vez que nas Minas a Coroa portuguesa tentou implantar seu poder de forma mais autoritária e rigorosa do que em qualquer outra parte da colônia, ainda assim o que se vê é que muitas vezes esse aparato burocrático vai se tornar ineficiente frente às necessidades da nascente sociedade mineira. E do ponto de vista econômico o que se viu foi o surgimento de uma economia diversificada, que inicialmente surgiu para atender à demanda proveniente da mineração. Mas com o crescimento da população houve o aumento da demanda por produtos, mesmo com a crise da mineração, crescimento da economia mineira não foi abalado, uma vez que ela se desvinculou da economia internacional e fez surgir na região das Minas um mercado interno que atendesse às necessidades da sociedade em formação, e os ofícios mecânicos serviram bem a essa demanda.

Em “Ofícios mecânicos: o exemplo português e a aplicação nas minas” discorrem sobre as formas como os ofícios mecânicos foram aplicados na metrópole e na colônia, principalmente no que tange à política de fiscalização dos tais ofícios. Na metrópole existia um amplo controle sobre a regulamentação e o ensino dos ofícios, em detrimento à colônia, em que os ofícios foram regulados pelas câmaras municipais no qual o único interesse era a arrecadação de impostos. Veremos que devido a esse afrouxamento que as normas sobre os ofícios mecânicos tiveram na colônia é que houve à entrada de escravos nesses serviços.

No último capítulo, “A participação de escravos no universo dos ofícios mecânicos”, com o auxílio de uma documentação primária veremos a participação de escravos em plantéis de senhores especializados. O estudo sobre as alforrias em Minas Gerais, a partir da leitura de Andréa Lisly Gonçalves, servirá como base para se analisar as possibilidades da conquista de alforria a partir dos ofícios mecânicos. Passando para a discussão sobre as possibilidades de ascensão social desses libertos. O que se vê é que os ofícios mecânicos possibilitaram um campo de negociação entre senhores e escravos, no qual veremos que ambos foram beneficiados, de tal forma que em alguns casos esse escravo conseguiu sua dita liberdade.

2 – Jogos de interesses: As relações estabelecidas nas minas frente à intervenção metropolitana

Nesse primeiro momento pretendo apresentar o objeto da pesquisa a partir do referencial metodológico. O interesse aqui é mostrar que mesmo em um ambiente no qual a Coroa Portuguesa tentou impor a face mais cruel da sua exploração mercantilista, a partir da análise de alguns casos, o que se vê no interior da colônia é a ineficiência do controle metropolitano frente à existência de relações arraigadas nos interesses individuais concernentes às conjunturas internas. Ou seja, nem tudo saiu conforme a vontade de “El Rei”, ao reduzirmos a escala de análise vê que se formam um intrincado jogo de interesses pautado unicamente pela noção individual de cada uma das personagens envolvidas na formação da sociedade mineira. E para tentarmos desvendar a complexidade dessas relações utilizo a micro história italiana, fazendo uma análise das dinâmicas políticas e econômicas a partir dos debates historiográficos pertinentes ao tema. Além de trazer uma discussão sobre a escravidão e seus novos arranjos frente um período de mudanças estruturais nas Minas devido à crise da mineração.

2.1 – A dinâmica interna da colônia sob a ótica da micro-história italiana e a influência de Fredrick Barth.

O interesse da pesquisa em questão é a de abordar o escravo como agente ativo na negociação para sua liberdade, dessa forma é de extrema importância fazer uma análise das relações pessoais desse indivíduo, sendo por isso utilizada como metodologia a Micro história Italiana e as grandes contribuições de Fredrick Barth a esse fazer historiográfico. João Fragoso em “Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrick Barth a história econômica colonial” propõe a análise das variadas formas de interações sociais que estão sob os grandes acontecimentos, as grandes estruturas, para mostrar que essas interações, inerentes à dinâmica interna, refletem conseqüências no âmbito das estruturas. Na quais daria maior consistência às abordagens macro, na medida em que “redes de relações interpessoais tem importante força explicativa”¹

A Micro-história italiana, segundo Giovanni Levi, difere da noção de história local, uma vez que não existe divisão entre macro e micro histórias, e sim uma redução na escala de

¹ LEVI, Giovanni. Problema de escala. In: *Relaciones* 95, verano 2003, vol. XXIV p. 282. Disponível em: <http://www.colmich.edu.mx/relaciones/> Acessado em 27/03/2011.

análise. Analisa os funcionamentos para então produzir generalizações e assim, comparações com outros contextos. Ou seja, fazer uma análise em escala reduzida e retornar às macro estruturas para ver se pode ser feita uma generalização. Analisando sob essa ótica, pode-se chegar a conclusões de existência, por exemplo, de negociações entre colônia e metrópole, ou ainda, entre escravo e senhor, implica na abordagem dos fatores históricos como agentes ativos do processo capaz de produzir mudanças, constituídas, dessa forma, com tensões e conflitos. Evidenciando a existência de aspectos da dinâmica social.

João Fragoso analisando a noção de sociedade fragmentada e aberta proposta por Barth diz: “Estas pessoas, apesar de diferentes entre si e de terem concepções de mundo distintas, viviam juntas, estabeleciam relações, numa palavra, formavam sociedade.”² As influências advindas de outros lugares, como no caso do Brasil em que vieram do outro lado do Atlântico, contribuí para existência de pessoas diferentes, com noções de organização distintas, tais como a sociedade mineira que se formou a partir de meados do século XVIII, com políticos reinóis, escravos africanos, negros da terra e pessoas livres advindas de várias partes da América Portuguesa, cada qual com seus valores e interesses próprios. Percebe-se assim, uma multiplicidade de agentes históricos confluindo dentro de uma única sociedade, aferindo a existência de uma dinâmica entre esses grupos distintos na busca por uma sociedade coesa. Ainda de acordo com a tese de Barth, todos os agentes sociais estavam posicionados para a ação, todos são dotados de escolhas e estratégias, que por sua vez era condicionada pelas suas obrigações, direitos e recursos. Essa noção de ação do sujeito elaborada pelo antropólogo alemão é uma das suas maiores contribuições à micro história italiana, de acordo com João Fragoso.

Esse tipo de análise tem por capacidade a redefinição de regras gerais. Não tenho a pretensão aqui de propor uma mudança nas teorias vigentes sobre a escravidão, menos ainda, colocar o escravo como próprio agente da sua história capaz de se libertar. O que proponho a partir dessa análise é que existiram, ao longo do sistema escravista colonial, interações sociais entre senhores e escravos, pautadas cada qual por seu interesse, através de negociações, conflitos e tensões, mas que nem sempre favoreceu apenas ao dominante, como é reiterado na historiografia nacional, e ainda estigmatizado como leniência da escravidão. Pelo contrário, chamo atenção para a existência de uma negociação entre dois agentes sociais ativos em que

² FRAGOSO, João. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrick Barth a história econômica colonial, pags. 27 – 48 p.34. In: ALMEIDA, Carla e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). *Nomes e Números: Alternativas Metodológicas para a História Econômica e Social*. Editora: UFJF, 2006.

ambos os interesses são contemplados, na maioria das vezes pesa o poder do senhor, mas em certos momentos esse escravo também consegue atingir seus objetivos. Por mais que essas conquistas tenham sido em número pouco expressivo em relação ao todo da escravidão, e pela pesquisa se pautar mais em dados qualitativos que quantitativos, deve-se sim levar em consideração a existência dessas relações. O que garante uma maior consistência às análises generalizantes sobre a escravidão e as alforrias no Brasil, ao mostrar as exceções ocorridas no seio do sistema.

2.2 – Aspectos políticos dessa dinâmica.

Portugal implantou na colônia segundo Laura de Mello um ideal de transposição do sistema administrativo da metrópole, na tentativa de evidenciar a forte presença do Estado no projeto colonizador. Porém, mesmo tentando impor essa centralização, o que se viu foi o oposto, na medida em que, o modelo metropolitano transplantado não foi eficiente frente às necessidades da nascente colônia. O que fez surgir modificações culminando em profundas diferenças “ante o modelo transplantado”³.

Para Caio Prado Junior, esse sistema imposto por Portugal, tornou-se diante da realidade da colônia uma máquina ineficiente e arcaica, levando à desordem em todo aparato burocrático e administrativo. Nas minas, porém, devido sua importância na política mercantilista colonial, necessitou de implantar “um Estado essencialmente fiscalista”⁴, e foi onde se fez mais presente na colônia. Mesmo os administradores locais sendo homens de confiança do rei, não os impediram que na colônia usassem seu extenso poder em benefício próprio, evidenciando mais uma vez, formas de administração e organização local que fugiu, em certa medida, do controle metropolitano. Uma vez que oscilavam entre a extrema sujeição à metrópole e a autonomia desses administradores no interior das relações coloniais. A formação de núcleos urbanos evidencia o centralismo político, na medida em que, um dos fatores para essa formação foi fundamentalmente a intervenção do Estado, uma política econômica tributária a fim de controlar a produção aurífera e cobrar impostos e, ao próprio caráter da atividade mineradora, que necessitava de produtos de consumo.

³ SOUZA, Laura de Mello e. Nas Redes do Poder. In: *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Editora: Graal, 2º edição. p. 93.

⁴ BOSCHI, Caio César. Igreja, Estado e Irmandades em Minas Gerais. In: *Os leigos e O poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Editora Ática, 1986, p. 96.

A coroa nas minas agiu conforme Laura de Mello e Souza, entre o “ônus e a utilidade”⁵, isso pode ser visto na própria discussão da autora em relação aos forros, no qual muitos deles eram úteis à coroa enquanto contribuintes, porém, o mulato forro, por exemplo, era visto como uma ameaça ao sistema, por ser considerado insolente e ocioso. Essa camada da população negra, escravos ou forros, foram considerados como inimigos da ordem, o que corrobora a política dos governadores das minas coloniais em ter sido baseada na extrema violência, repressão e austeridade em relação aos escravos e forros. O contexto político vivido por esses negros era de extrema repressão dos seus anseios por liberdade. Repressão essa levada a cabo pelos governadores das minas, que teve na figura do Conde de Assumar (1718) um maior controle e severidade. A justiça na colônia se mostrou tal qual o poder dos governadores, uma vez mais recaindo a cobrança sobre os pobres, mestiços e negros. Porém, em 1734, a justiça passou a punir apenas os vadios, em sua maioria negros, escravos ou forros. O aprendizado de um ofício mecânico, nesse período passa a significar não só um trabalho, como também enquadrava os indivíduos nas leis vigentes da Coroa, o que beneficiou parcela dessa população de origem cativa, que passou a ser útil à Coroa na medida em que se tornam contribuintes fiscais.

A discussão acima foi tão somente para dar pano de fundo ao tema a ser abordado, uma vez que é sempre de extrema importância uma contextualização espaço-tempo que antecede ao objeto em questão. Assim, pode ser percebido que o ambiente vivido por esse cativo que lutava para a sua liberdade não era nada favorável, de acordo com Laura de Melo e Souza, porém essa é uma visão macro analítica. Ao se aplicar uma metodologia micro analítica dos acontecimentos, reduzindo a escala de análise, pode-se perceber que mesmo que a Coroa, principalmente nas Minas, tentou implantar um rígido sistema de fiscalização e governo, ainda assim, no âmbito interno das relações cotidianas, nem tudo saiu conforme os anseios do Reino.

No estudo em questão pretendo exemplificar a afirmativa anterior a partir de uma revisão historiográfica acerca de tudo que tange o universo dos escravos na luta pela alforria. E ainda, ao abordar os ofícios mecânicos como mecanismos de conquista da alforria pelo escravo verão que as formas de regulamentação desses ofícios, na colônia, não saíram tal como era na metrópole. Contudo, busca-se revelar neste trabalho novas redes de interesses que se entrelaçam no âmbito interno das relações cotidianas na colônia. É o que pretendo ao afirmar que mesmo em um contexto de extrema violência e repressão por parte das

⁵ Ibidem p. 107.

autoridades em relação à alforria, alguns cativos lançaram as sementes da sua liberdade a partir do aprendizado de um ofício. Aprendizado, esse que certas vezes propiciou o acúmulo do pecúlio por parte do escravo, e que em alguns casos ainda, contribuiu para certa ascensão social desse liberto mesmo sendo restrito ao âmbito horizontal das relações.

2.3 – Aspectos econômicos dessa dinâmica.

O final do século XVIII e início do século XIX, em Minas Gerais, foi marcado por um período de crise econômica devido ao fim da mineração e decorrente disso, um processo de baixa demográfica, em que houve a menor incidência de entrada de escravos nessa região. Período esse, caracterizado por um processo de redefinição das organizações e articulações que até então eram todas elas voltadas para a extração aurífera; redefinição essa, que atingirá até mesmo as relações entre senhores e escravos. Nesse momento é que me volto para o recorte temporal da pesquisa, entre os anos de 1770 a 1810. A escolha desse recorte se deve não pelo fato de minha tese se relacionar com as discussões historiográficas em torno da maior incidência de alforrias em períodos de crise da mineração. Mas sim por se tratar de um período, pós-crise do ouro em que foi extremamente necessária a reorganização, principalmente, econômica e social, das regiões que até então estavam voltadas para a mineração.

Porém em alguns momentos me reporto a períodos da extração aurífera nas minas, uma vez que o estudo dos ofícios mecânicos abrange esse período histórico, por ter sido inicialmente uma atividade implantada na capitania de Minas Gerais, principalmente por oficiais reinóis, como auxiliar da mineração, devido, por exemplo, a necessidade de fabricação de instrumentos e ferramentas para o trabalho minerador.

Estudos defendem uma retração econômica nas minas oitocentistas, voltada para a ruralização, tendo o abastecimento do mercado interno de produtos agrícolas como principal fonte de renda, em que foi associado ao trabalho escravo o familiar, nas pequenas propriedades. E nas zonas urbanas, o que foi feito com a mão-de-obra que até então estava subjugada às minas?

A escolha da comarca de Ouro Preto deve-se tão somente a sua grande importância, uma vez que era sede administrativa e eclesiástica da província de Minas Gerais e um importante núcleo urbano. Partirei na busca de casos que comprovem a migração de alguns escravos da

mineração para a prestação de serviços, que no caso são os ofícios mecânicos, juntamente com seus senhores. Tudo isso em um período compreendido entre a pós-crise da mineração até o ano de 1810, pois o número de alforrias de trabalhadores especializados sob a modalidade de prestação de serviços diminui consideravelmente ao longo do século XIX.

Além disso, a escolha por um período que antecede o ano de 1850, marcado pela proibição do tráfico atlântico de escravos africanos para o Brasil, se deve ao fato de se tratar de um trabalho que pretende associar o esforço escravo na conquista de sua própria liberdade. Não caberia analisá-lo em períodos que concorrem contra o sistema escravista, que haja intervenção nas relações entre senhores e escravos. Ainda que a escravidão não tenha tido seu fim em 1850, a partir dessa data e ao longo da segunda metade do oitocentos, passam a vigorar legislações favoráveis à libertação e que tem a total interferência do setor público nas relações privadas.

2.4 – A discussão historiográfica sobre a leniência da escravidão

Quando se fala na existência de uma negociação entre senhor e escravo em relação à alforria, a historiografia tradicional rebate essas teses a partir da idéia da leniência da escravidão, ou seja, a idéia da existência de uma brandura nas relações escravistas. Não acredito na existência de uma relação amena, pois, a escravidão por si só, a partir do momento em que priva um indivíduo da liberdade, é uma forma extremamente violenta de apropriação de mão-de-obra. Porém, essa visão é tida hoje por nós, de certa forma anacrônica, uma vez que a escravidão foi à alternativa mais propícia sob a ótica mercantilista do rei de Portugal, em relação ao trabalho, na implantação do sistema colonial no Brasil. Dessa forma, esteve enraizada na base da estrutura da formação política, econômica e social da nascente colônia.

Sendo assim, houve certa acomodação em relação ao sistema escravista. Reitero a afirmação de que mesmo tendo sido um ambiente extremamente hostil e violento, a escravidão esteve arraigada nas formas de convívio social, ficando a violência e a coerção relegada à obscuridade dessa forma de apropriação de mão-de-obra, para assim se perpetuar na sociedade colonial em formação. De tal modo que, em certo ponto, em que não cabe aqui discorrer, usado somente a título de exemplificação da “acomodação”, é o fato de que houve no Brasil a utilização do trabalho escravo por aqueles que um dia viveram nas condições de um cativo.

O que defendo aqui é a existência de um jogo de interesses que movia os agentes envolvidos nesse processo, em que ambos ora colaboravam em prol do interesse do outro para

desse modo atingir outro objetivo mais pontual. Ou até mesmo, em alguns casos, vê-se a concessão da alforria como reconhecimento pelos serviços prestados. Reconhecimento esse, que a meu ver, não remete a laços afetivos ou a brandura nessa ação.

Ao longo de todo século XVIII, foi imposto na Capitania de Minas Gerais uma política de extrema violência e repressão às alforrias, uma vez que esses governantes temiam uma possível revolta dos cativos ou libertos contra seu poder. Violência essa, que incidiu, principalmente, nas áreas urbanas, como no caso de Vila Rica. Esse temor dos governadores-gerais implicou certa intervenção do poder público nas relações privadas entre senhores e escravos no que tange à prática de manumissões. Ficando evidente que as relações no Brasil colonial eram todas pautadas de acordo com os aspectos conjunturais concernentes a dinâmica interna da colônia, não havendo, dessa forma, modelos propostos sobre como se deu a concessão da alforria no Brasil. Pois as relações sempre se deram a partir dos interesses próprios e locais das personagens envolvidas nesse enredo no qual, ora senhor, ora escravo e ora, até mesmo, o governo interferiam nessas relações.

Outro ponto complexo no estudo das alforrias em Minas Gerais, mais especificamente na Comarca de Vila Rica, é a vinculação dessa prática com a decadência aurífera. Ainda que essa questão vá de encontro a minha abordagem, é válido ressaltarmos aqui essa peculiaridade no que tange ao período de decadência da mineração. De um lado têm-se estudos que comprovam o aumento expressivo do número de manumissões na capitania, enquanto de outro vemos muitos senhores que mantêm seus cativos, visto a valorização econômica destes.

Mais uma vez chamo atenção para a existência de uma dinâmica interna, de negociação, pautada pelo interesse de ambas as partes, no que se refere à concessão, ou ainda à conquista da liberdade. Indo de encontro à vertente historiográfica que defende o maior número de incidência de alforrias a partir da década de 1770, ou seja, início da decadência da extração aurífera. De acordo com essa vertente na qual Laura de Mello e Souza é uma das defensoras, a concessão ou não da alforria ficava apenas a cargo do senhor, colocando a prática de manumissão como uma forma de livrar-se de um gasto oneroso frente a um período de crise. Essa abordagem destitui o escravo de ser um indivíduo histórico, dotado de estratégias e interesses, colocando-o como um objeto, uma coisa que pode ser manipulada de acordo com a vontade de seu dono. Se todas as relações entre senhores e escravos estivessem sido dessa forma, não teríamos ao longo da história do Brasil a existência de uma série de conflitos que marcam a resistência à escravidão e a luta dos cativos pela liberdade. De outro lado, ainda de acordo com a prática de alforrias em Vila Rica, existe uma vertente historiográfica que defende a leniência da escravidão, no qual o número de alforrias foi maior

no período áureo da mineração, uma vez que esse cativo conseguia acumular pecúlio e comprar sua liberdade. Muitas vezes estimulada pelos senhores que buscavam uma maior produtividade. Assim, vemos não uma brandura nas relações, e sim um intrincado jogo de interesses.

Faço aqui um panorama geral em relação a essa prática, tão somente para contextualizar e esclarecer a minha posição em relação à alforria, pois se fossemos adentrar nesse discurso em torno do maior ou menor número de manumissões em relação à mineração, teríamos que fazer um estudo sobre cada tipo de alforria, em relação a gênero e origem, por exemplo. O que não pretendo aqui visto o grande número de trabalhos sobre esse tema. Meu objetivo é apenas destacar a conquista da alforria a partir da prática de um ofício mecânico, e reitero o uso da palavra conquista para reafirmar minha posição a favor da existência de um pólo de negociação, no que tange a prática de alforrias, e mais ainda da capacidade que esses cativos tinham no que tange as articulações propostas por eles na busca pela libertação do cativo.

Por outro lado, discorro aqui apenas a título de exemplificação, existe uma corrente historiográfica que defende uma brandura nas relações senhor/escravo. Eduardo França Paiva em “Escravidão e Universo Cultural na Colônia - Minas Gerais 1716-1789”, na tentativa de compreensão da sociedade colonial mineira no que tange as relações escravistas, analisa a comarca do Rio das Mortes e a comarca do Rio das Velhas, utilizando testamentos e inventários *post-mortem*. Paiva defende a existência de “múltiplas possibilidades de convivência”⁶ entre senhores e escravos o que denota a existência de Possibilidades reais e diversificadas para a ascensão econômica e social do grupo por ele analisado composto por forros e libertos. A partir dessa análise Paiva defende a existência de uma espécie de caridade e afeto do senhor para com seu escravo em testamentos, algo que segundo ele, foi recorrente na documentação levantada sobre as Minas setecentistas. O autor procura dar vida aos escravos, não os colocando como vítimas ou dependentes, assim como o faz a historiografia tradicional.

⁶ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia : Minas Gerais 1716-1789*. Editora UFMG, 2001, p. 33.

2.5 – Os novos arranjos escravistas pós-crise da mineração

A partir de 1770, adentrando no século XIX, passa a vigorar uma nova dinâmica interna no que concerne às relações escravistas, o que se vê são pequenos plantéis de escravos, uma vez que, nesse momento, as atividades econômicas são voltadas para o consumo interno ou no máximo para o abastecimento de cidades vizinhas. Não havendo a necessidade de muitos escravos, o que se confirma através de estudos que mostram que nesse período Minas Gerais foi uma das grandes exportadoras de mão-de-obra para o centro-sul, que tinha sua economia voltada para o mercado externo, segundo Andréa Lisly Gonçalves⁷. Ainda assim, a província não deixou de abarcar uma grande população cativa.

As alforrias a partir desse período e ainda de acordo com as palavras de Lisly passam a ter um caráter marcado pela presença ativa do escravo, essa afirmativa fica explícita com a análise da passagem abaixo:

“Em outras palavras, se o ritmo das manumissões obedecia a fatores como a evolução do tráfico internacional de escravos, a mudanças de conjuntura econômica, a variações observadas nas unidades produtivas, no que diz respeito principalmente ao século XIX o comportamento das variáveis como gênero, origem e idade do cativo se encontra fundamentalmente determinado pela crescente modificação operada nas concepções e significados da própria política da alforrias. Exemplo disso é que as manumissões, de uma pretensa concessão senhorial passam a se afirmar, paulatinamente, também como prerrogativa do escravo, ainda que encoberta pela noção de privilégio, fruto de seu “esforço individual” ”⁸

É partir desse novo arranjo das relações entre senhores e escravos que se pode apreender a alforria não como uma concessão unilateral, e sim como fruto de um intrincado processo de transação, marcado por interesses de ambas as partes e pautados por uma dinâmica interna peculiar a esse tipo de relação. Em que, o que se vê nesse momento é a atuação pontual do cativo na luta por sua liberdade. O que não tira o poder de decisão das mãos dos senhores, só amplia o leque de possibilidades no trato de senhores e escravos.

A necessidade da prestação de serviços e da produção para o consumo interno é bem maior na comarca de Ouro Preto do que em outras áreas das minas que se voltam, principalmente, para a produção alimentícia. Por ser sede administrativa e eclesiástica da

⁷ GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em minas colonial e provincial*. Dissertação (Doutorado em História) Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999, p.213;

⁸ *Loc. Cit.*

Província de Minas Gerais, ou seja, o principal centro político da região das minas, Ouro Preto foi o local em que se concentrou grande parte dos trabalhadores especializados na produção de artigos que atendessem o consumo local, ou ainda:

“evidenciar o caráter citadino desse núcleo onde surgiu ainda no início do século XVIII, vida urbana em moldes novos para os padrões da sociedade colonial como estivera organizada até então e no qual se revelou um horizonte social, econômico e cultural mais amplo do que o prevalente nas demais "economias" do Brasil Colônia.”⁹

Associado a essa necessidade estava à ineficiência da metrópole em abastecer a colônia de produtos básicos. Segundo Douglas Cole Libby, iniciou-se uma produção sem a autorização da Coroa visto essa demanda. E é para essa produção de bens de consumo e de prestação de serviços, que parte do contingente escravo vai se conduzir seja trabalhando com seu senhor, prestando serviços para o seu senhor, ou ainda, por conta própria na busca por, além de um aprendizado, o acúmulo de pecúlio a fim de alcançar a tão sonhada liberdade.

Mesmo passando por um período de crise decorrente do fim da mineração, e por mais que o número de entrada de escravos na província estivesse diminuído, estimativas indicam que, no início do século XIX, ainda era forte a presença de escravos de origem africana em Minas Gerais. O que pode demonstrar certa participação da região no trato internacional de escravos.

Essa marcante presença de escravos africanos provenientes dos portos cariocas confirma teoria de que Minas Gerais conseguiu reverter a crise pós-mineração e se firmar como importante centro econômico colonial, uma vez que de acordo com Douglas Cole Libby, a chamada acomodação da economia mineira, contribuiu para o fortalecimento econômico da região, já que ao desvincular-se do cenário internacional, a economia mineira conseguiu se manter frente as oscilações do mesmo, sem entrar em um novo período de crise. Pelo contrário, estudos comprovam que mesmo antes do fim da mineração algumas regiões, como a Comarca do Rio das Mortes, mais especificamente São João Del Rei, por exemplo, já tinham se firmado como núcleo abastecedor de alimentos e produtos de primeira necessidade. João Fragoso e Manolo Florentino, em o Arcaísmo como projeto, defendem a existência de

⁹ LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Contribuição ao Estudo de um Núcleo Urbano Colonial (Vila Rica: 1804), *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPEUSP, 8 (3): 1-68, set/dez. 1978. (http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar4.pdf - 31/07/2011)

uma dinâmica econômica interna na colônia brasileira¹⁰ que conseguiu manter-se em vários períodos de recessão internacional, o que de certa forma seria uma contradição evidenciando o caráter dependente da colônia em relação à metrópole. Corroborando, mais uma vez, a existência de dinâmicas internas que auto-regulavam as relações seja econômicas, políticas ou sociais, dentro da colônia.

Além de demonstrar a existência de uma economia interna que independe das conjunturas internacionais, a presença desses africanos nas minas fez muita diferença no universo dos ofícios mecânicos, desde o período da mineração, mais especificamente dos séculos XVIII a XIX. Segundo Eduardo França Paiva, havia nas minas um imaginário em torno dos escravos provenientes da região africana da Costa da Mina, “associava-se aos Mina um grande poder de descobrir ouro”¹¹, e devido a essa crença houve uma entrada maciça desses africanos em Minas Gerais. Não foi apenas essa crença que fez com que se incentivasse a vinda de africanos para as minas, mas também o fato de que esses indivíduos possuíam grandes conhecimentos sobre técnicas de mineração, fundição do ferro e metais preciosos e metalurgia, por exemplo. Para além de escravos, incentivou-se a vinda de escravos especializados, e foi devido a essa especialização que grande parte dos escravos que adentraram no universo dos ofícios mecânicos, mesmo após a mineração, era proveniente do outro lado do Atlântico, o que será demonstrado mais adiante.

¹⁰ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e uma elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro (1790-1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹¹ PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.) *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2002, p. 187.

3 – Ofícios mecânicos: O exemplo português e a aplicação nas Minas

Assim como muitas imposições, leis e regras que a Coroa tentou implantar seja na política, seja na economia, na colônia todas essas medidas tomaram feições e contornos muitas vezes distintos dos anseios da metrópole. O exercício dos ofícios mecânicos não foi diferente, pois na metrópole havia uma extrema regulamentação e fiscalização desse trabalho, que chegou até a impor limites à relação de aprendizagem dessas artes. Na colônia, mais especificamente na comarca de Ouro Preto, a partir de meados do século XVIII, o que se viu foi um afloramento dessas artes em detrimento ao afrouxamento das normas e regulamentações, de tal forma que o universo dos ofícios mecânicos abrangeu a participação até mesmo de escravos.

O rígido controle, regulamentação e ordenamento dos ofícios mecânicos em Portugal devem-se aos interesses pelos quais esses ofícios tiveram por parte da Coroa, uma vez que a partir de 1772 o Marquês de Pombal instituiu em Portugal uma série de reformas no ensino e nas Universidades objetivando

“moldar os indivíduos nos padrões de uma racionalidade técnico-científica que, ao mesmo tempo, o inserisse no mundo como ser civil e adequasse seus conhecimentos às condições da realidade portuguesa. O objetivo essencial era construir um desenvolvimento econômico que inserisse Portugal em uma posição relevante, equiparável às nações mais desenvolvidas da Europa.”¹²

Portugal via os ofícios mecânicos como uma das possibilidades de desenvolvimento frente às demais potências européias, uma vez que educava para o trabalho as camadas populares do Reino. E para tanto existiram órgãos como a Câmara da cidade e a Casa dos Vinte e Quatro, que passaram a controlar as formas de educação dessa classe trabalhadora, como também tudo aquilo que abrangesse os ofícios mecânicos. Esse controle deveu-se não só a importância aferida aos ofícios, mas em grande medida à preocupação com o distanciamento das artes mecânicas que ficariam a cargo das camadas populares em relação às artes liberais, ou seja, o pensamento, que se restringia à elite ilustrada portuguesa. Demonstrando a existência de um preconceito em torno do trabalho manual em relação ao mental, ainda em Portugal, algo que na colônia ganhará contornos mais acentuados visto à

¹² MENESES, José Newton Coelho. Ensinar com amor e castigar com caridade: mestres e aprendizes de ofícios no reino e nas minas gerais colonial. Universidade Federal de Minas Gerais, p. 3796. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/340JoseNewtonMeneses.pdf> Acessado em: 24/04/2011.

escravidão, no qual o trabalho braçal passa a ser visto pelos brancos como coisa de escravo.

Como se vê:

“Para a Câmara, a “instrução da classe do povo que se destina ao serviço dos ofícios mecânicos em geral” é útil e necessária, mas deve se restringir ao mínimo que não a torne perigosa. Deveria, dessa forma, “guardar certos limites (...) reduzindo-se que o povo deve ser instruído o quanto baste para a conservação do seu bem-estar, para dirigir sua alma para a virtude e para apropriar os seus órgãos às diferentes profissões que lhes são convenientes””¹³

Portugal, seguido pelas vilas mineiras, implementou o aprendizado dos ofícios mecânicos como sendo um castigo, em que o mestre de ofício tinha plena responsabilidade pela aprendizagem de seu aprendiz. A diferença entre os dois lugares é que em Portugal, além da regulamentação dos órgãos competentes existiam também as Corporações e Associações de Ofício, aumentando o rigor dos trabalhos e do ensino através de regimentos e normas. Em contrapartida nas Minas o aprendizado continua a cargo do mestre de ofício, porém visto a ausência das corporações, a organização em torno das artes mecânicas recai sobre o interesse particular dos envolvidos.

Nas Minas, a fiscalização em torno dos ofícios mecânicos foi feita pela Câmara que tinha função de ordenar o cotidiano do trabalho mecânico, seguindo o modelo e tradição da “leal cidade de Lisboa”¹⁴. Os regimentos da Câmara no que tange os ofícios “dos grupos ocupacionais se configuraram como meras listagens de preços de produtos e de serviços”¹⁵, abstendo-se da regulamentação do ensino e aprendizagem.

3.1 – Ofícios mecânicos em Vila Rica

A Câmara Municipal de Vila Rica tinha a função de regulamentar os ofícios mecânicos, porém essa regulamentação ocorreu sem muitas preocupações no que tange à organização e ao ensino dessas artes. O que pode ser visto a partir da “Reformação das posturas atrás feitas em 24 de maio de 1727 pelos oficiais da Câmara e homens bons da governança. [para os ofícios de ferreiro e serralheiro, seleiro, ferrador, sapateiro, padeiro].”¹⁶

¹³ Ibidem p. 3796.

¹⁴ Ibidem p. 3803.

¹⁵ Ibidem p. 3803.

¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - APM/ CMOP 10 (Posturas 1720-1826) fl. 11 e 12. I. In: ARAÚJO, Jeaneeth Xavier de. *Artífices Na Vila Rica Setecentista: Possibilidades De Pesquisa*, p.67. Disponível em:

“1º - Toda a pessoa que tiver loja aberta de qualquer gênero de mercadoria e se achar sem licença deste senado pagará quatro oitavas.

2º - Isto mesmo se entenderá com todo gênero de oficial que usar do seu ofício sem licença ou carta de exame sem ser aprovado por este senado.

3º - Toda a pessoa das sobreditas que não tiver dado fiança para usarem se suas lojas assim de mercadorias como de ofício pagará quatro oitavas.

4º - Os ditos oficiais terão obrigação de tirar licenças do senado para usarem dos seus ofícios de seis em seis meses não sendo examinados e não o fazendo assim serão somente condenados em quatro oitavas.

5º - Todo oficial que usar do seu ofício sem ter regimento [lista de preços] deste senado pagará quatro oitavas.

6º - E tendo o dito regimento será obrigado a tê-lo a vista na loja em que trabalhar para assim ser visto das pessoas que lhe forem encomendar obra e não fazendo assim pagará duas oitavas.

8º - **Posturas a que o senado** com as pessoas principais da governança **procedeu e no primeiro de março de 1738.**”¹⁷ (grifos da autora)

Ao analisar as posturas fica explícito o interesse único da Câmara em fazer a regulamentação voltada para a arrecadação de impostos. E para que as taxações de impostos abarquem a maior quantidade possível de oficiais, a Câmara Municipal de Ouro Preto, passou a partir de 1725, a conceder a carta de exame, ou seja, um documento obrigatório para que se pudesse exercer um ofício, cedido após a avaliação de dois juízes do dito ofício. Indicando mais uma vez a tentativa tão somente de controlar o número de pessoas que exerciam alguma atividade mecânica na colônia. Determinações essas que foram uma tentativa de se copiar o modelo lisboeta vigente nos regimentos portugueses de 1572.

Digo tentativa, pois como já foram discutidas anteriormente, na colônia as regulamentações da metrópole sofreram uma acomodação, de forma que o controle colonial não teve a mesma rigidez e rigor do exemplo lusitano. Visto pela ótica das próprias determinações de 1572, que impõe aos oficiais que mesmo tendo carta de exame, sejam novamente examinados ao se mudarem de cidade¹⁸, norma essa que não era cumprida na colônia conforme as palavras de Jeaneth Xavier de Araújo, em que

<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/atas/atas-IEHA-v2-066-73-jeaneth%20xavier%20de%20araujo.pdf>. Acessado em: 24/04/2011.

¹⁷ *Loc. cit.*

¹⁸ *Loc. cit.*

“No entanto, na documentação ouropretana, encontramos casos de oficiais mecânicos com carta de exame passada em Portugal, ou mesmo nas Capitâneas do Rio de Janeiro ou outra parte da *colônia*. Pelo que verificamos nas disposições camarárias, era exigido apenas que o oficial mecânico comparecesse à Câmara da vila munido da sua carta de exame para que esta fosse registrada nos livros correspondentes: “[...] e tendo os oficiais cartas passadas em outra parte as apresente ao senado para confirmarem com penas de que todo o que faltar às sobreditas condições acima declaradas será condenado da primeira vez em 12 oitavas para as despesas do senado [...]” [20/01/1725].”¹⁹

Outro questionamento pertinente levantado por Araújo diz respeito à inexistência de uma normatização no que tange a variedade de habilidades existentes dentro do universo dos ofícios mecânicos, em que não há uma limitação entre os ofícios. O mais instigante é que isso não ocorreu apenas no Brasil, em Portugal, onde o controle era rigoroso o controle dessas artes, também não havia uma fronteira bem delimitada entre os ofícios.

O ensino do ofício, mesmo tentando seguir o padrão metropolitano, foi feito entre os canteiros de obra, inexistindo, por exemplo, aulas, que só foi ter nas Minas em 1818, com a solicitação do pintor Manoel da Costa Ataíde à administração ultramarina ²⁰. O mestre de ofício continuava sendo a cabeça da tenda, porém as relações aqui eram muito mais de parentesco ou compadrio, contrariando as normas das corporações de ofício portuguesas. Esse ensino torna-se pertinente quando se fala da presença de escravos nos registros camarários de oficiais mecânicos, uma vez que esse escravo se especializou, muitas vezes, a partir do exercício de seu dono, auxiliando-o.

3.2 – Ofícios mecânicos: possibilidades de associações em Vila Rica.

Daniel Precioso ao analisar a Confraria de São José dos Bem Casados dos Homens Pardos de Vila Rica, no século XVIII, depara-se com expressiva participação de oficiais mecânicos à Confraria. Sua análise recai sobre a construção e ornamentação da Capela de São José, na busca pelas “Artes Mecânicas” em Vila Rica setecentista, que tiveram a participação

¹⁹ Ibidem p.68;

²⁰ Ibidem p. 70.

de homens pardos livres e forros.²¹ Ao analisar a documentação referente à reconstrução da Capela, por volta de 1746, vê-se a presença dos Confrades na arrematação das obras, evidenciando a existência de uma espécie de “associação” dos oficiais mecânicos em Vila Rica.

O levantamento documental feito por Precioso, referente aos anos de 1746 a 1800, mostra também a participação de escravos especializados nesses serviços juntamente com seus senhores e mestres, respectivamente. Alguns documentos contribuem ao corroborar o estudo em questão na medida em que, alguns “confrades-oficiais” concedem a liberdade a seus escravos pelos serviços prestados, como se vê na seguinte passagem:

“Manuel Rodrigues Graça possuía quatro escravos: Antônia, Domingas e Lourenço (ambos crioulos), e João Carpinteiro, que lhe “[...] foi dado por Domingos Rodrigues Graça”, seu filho, “[...] para servir em quanto [...] fosse vivo”. Em seu testamento, Manuel dispõe que a carta de doação passada por Domingos fosse entregue a João, pedindo que ao “Referido Crioulo [...] deixem gosar da Sua Liberdade”.²²

O próprio Manuel Rodrigues Graça que consta na documentação como oficial carpinteiro e pertencente à Confraria São José, conforme a pesquisa feita por Precioso descendia do cativo, uma vez que o dito Manuel era filho natural de uma “preta cabo verde”²³. Isso exemplifica não só a possibilidade da conquista da liberdade, como também a existência, mesmo que mínima, de uma ascensão social a partir do exercício de uma arte mecânica.

Voltando a questão das associações, uma das formas mais recorrentes em Minas Gerais foi à criação de Irmandades e Confrarias, “em Minas, as irmandades antecederam o Estado e a Igreja enquanto instituições, sendo “responsáveis diretas pelas diretrizes da nova ordem social que se instalava”²⁴. Um aspecto que deve ser ressaltado na análise sobre as irmandades e confrarias nas Minas é o fato de que foi proibida a instalação de ordens religiosas na

²¹ PRECIOSO, Daniel. “Artes Mecânicas” em Vila Rica setecentista: os pardos forros e livres”. Artigo publicado na Revista Histórica edição nº 32 de agosto de 2008, p. 01. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao32/materia03/>. Acessado em: 24/04/2011;

²² Ibidem p. 02;

²³ Ibidem p. 01;

²⁴ BOSCHI, Caio César. Igreja, Estado e Irmandades em Minas Gerais. In: *Os leigos e O poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Editora Ática, 1986, cap.3, p. 23.

Comarca, sendo assim, a assistência social e os cultos cristãos ficaram a cargo dos homens leigos. Aferindo a tentativa da metrópole em refletir ainda mais seu poder. Essas associações representavam antes de tudo um convívio social, organizadas segundo critérios sociais e dessa maneira, serviram de fortalecimento para determinados grupos. Reportar-se a uma Irmandade ou Confraria nesse período conferia ao indivíduo uma noção de pertencimento a um determinado grupo, garantido certa distinção dentro da sociedade.

E diante desse cenário viu-se erigir um grupo formado em sua maioria por trabalhadores mecânicos, no qual parte descende do cativo. Pois essa era a realidade da Confraria de São José dos Bem Casados dos Homens Pardos de Vila Rica. A primeira irmandade erigida por homens pardos em Vila Rica. O que não faz dos confrades de São José membros da elite colonial, mas confere ascensão e distinção social em seu meio.

Essa Confraria nos interessa menos pelo pioneirismo dos homens pardos em se associarem, e sim em grande maneira pela sua composição profissional, ou seja, a maioria dos confrades de São José eram oficiais mecânicos e artífices (músicos e pintores). Pessoas que além da prestação de serviços à população Ouro pretana, lançaram-se na arrematação de grandes “obras de construções civis e religiosas”²⁵. Pertencer a uma confraria possibilitava maiores oportunidades nas arrematações de tais obras, tanto que “leigos que se dedicavam aos afazeres mecânicos poderiam arrematar obras do projeto de construção e de ornamentação dos templos, o que possibilitou a criação de um amplo mercado de contratação de artistas e artífices em Vila Rica”²⁶.

A população de Vila Rica tinha grande necessidade dos serviços prestados pelos trabalhadores mecânicos, devido a um dos motivos serem a ineficiência da própria Coroa em abastecer à colônia. Mesmo assim, esses trabalhadores eram mal remunerados, Daniel Precioso exemplifica a realidade vivida por esses homens a partir das formas de pagamentos das mensalidades da Confraria, em que o ofício mecânico nesse momento é utilizado como moeda de troca, em que

“por ser abundante o número de artífices e artistas inadimplentes, confrades do Santo Patriarca, a irmandade os impelia a pagarem o que deviam através de sua profissão. A pobreza da maioria dos congregados e o período de construções no templo teriam revertido a

²⁵ PRECIOSO, Daniel. Grupos étnicos e sociabilidade confrarial: aspectos da luta social dos pardos na vila rica setecentista. Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH: Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009, p. 11. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/grupos-etnicos-e-sociabilidade-confrarial.pdf>. Acessado em 24/04/2011.

²⁶ *Loc. cit.*

mão-de-obra artesã em moeda corrente, meio possível para arrecadação do valor cobrado pelos anuais.”²⁷

Ainda que mal remunerado, os oficiais mecânicos que pertencessem a uma Irmandade ou Confraria, em Vila Rica, no século XVIII, conseguiam arrematar obras graças a uma relação de compadrio existente entre os confrades que se assemelham as associações de oficiais. Porém, não havia regimentos ou ordens no que tange a essa associação, o que se vê é um grupo de trabalhadores especializados ajudando-se uns aos outros para se manter diante das dificuldades do mercado, como por exemplo, a concorrência, conforme a passagem:

“Em seu testamento, Manoel da Conceição revela que a influência profissional aferida com a participação na irmandade de S. José também contemplava o universo dos confrades, pois ele arrendou o escravo José, oficial de pedreiro, pelo “jornal de quatro vinténs por dia” para trabalhar em obras, de 1796 a 1801, de Teotônio Gonçalves Dias, que também foi irmão da Confraria dos Pardos e participou ativamente no seu diretório.”²⁸

A filiação em irmandades, segundo o autor, facilitou e favoreceram os oficiais mecânicos, principalmente os homens pardos. José Newton Coelho Meneses confirma essa ideia a partir da comparação das irmandades erigidas no Brasil com as próprias corporações de ofício existentes na Europa, segundo Meneses, isso se deve a falta dessas organizações na colônia. E ainda, diante da acomodação de algumas normas impostas por Portugal no Brasil, reportar-se a algum grupo aqui, significou antes de qualquer coisa uma noção de pertencimento, o que fez desses indivíduos pessoas diferenciadas, mesmo que fosse dentro do seu campo de atuação, possibilitando assim uma ascensão social àqueles que exercessem algum ofício mecânico.²⁹

O que se pode aferir dessa discussão é que devido a uma menor regulamentação dos ofícios mecânicos na América Portuguesa, ele se desenvolveu entre a necessidade desses produtos no mercado e os interesses individuais que articulavam a negociação, diferentemente da metrópole, em que os interesses inerentes ao trabalho estavam vinculados as “estruturas organizacionais”³⁰. O que havia era uma valorização da importância dos laços sociais para além da ascensão ou mobilidade, para a permanência, a noção do fazer parte de uma nascente sociedade. Valorização essa que se dava a partir da necessidade de agrupamento desses

²⁷ PRECIOSO, *op.cit.*, p.03;

²⁸ *Loc.cit.*

²⁹ ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Ferro em obras: oficiais do ferro, Vila Rica (1750-1795)*. Dissertação (Graduação em História) Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2009, p. 73;

³⁰ *Ibidem*, p. 57.

oficiais na tentativa de se firmarem socialmente através dos seus trabalhos, como no caso de confrarias e irmandades que existiram em Vila Rica, no século XVIII.

4 – A participação de escravos no universo dos ofícios mecânicos

Sapateiro, alfaiate, marceneiro, carapina, carpinteiro, ferreiro, pedreiro, ferradores, barbeiro, seleiro, caldeireiro, latoeiro, serralheiro, cabeleireiro e ourives são algumas das profissões que compõem o grupo dos ofícios mecânicos, e ainda, são exemplos dos ofícios que compuseram o quadro de oficiais mecânicos de Vila Rica, no ano de 1764. Crislayne Gloss Marão Alfagali, em sua dissertação de monografia, “Ferro em obras: Oficiais do ferro, Vila Rica (1750-1795)”, a partir de uma redução na escala de análise busca pela existência de trabalhos específicos dentro do universo dos ofícios mecânicos, no qual sua ênfase recai sobre os oficiais do ferro, como ferreiro e serralheiro, por exemplo.

Para tanto faz um levantamento sobre os ofícios mecânicos em Vila Rica, a partir de meados do século XVIII. Ao analisar a existência de escravos empregados nesses ofícios se depara com a expressiva presença do escravo como artífice que segundo,

“Fabiano Gomes da Silva, por meio da leitura do inventário do pedreiro José Oliveira Barbosa - morador e arrematador de construções públicas em Vila Rica - enfatiza a preponderância dos escravos na rotina dos canteiros de obra.(...) Os escravos empreendiam serviços que vão além dos menores e grosseiros, o exemplo fornecido pelo autor é a importância da mão-de-obra africana na ornamentação de chafarizes.”³¹

De acordo com o historiador que faz uma análise sobre os ofícios mecânicos relacionados às construções em Vila Rica, a existência de uma expressiva presença dos escravos na rotina dos canteiros de obra, deve-se em grande medida ao fato de que um razoável número de mestres oficineiros empregava em suas tendas o trabalho cativo, como se confirma na seguinte passagem: “A forma como se organizou essa fábrica sugere que o construtor se aproximava mais da figura de um administrador de obras, que se valia das habilidades de seus oficiais cativos para satisfazer suas arrematações”.³² O que se pode ver a partir dos dados da tabela abaixo:

³¹ ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Ferro em obras: oficiais do ferro, Vila Rica (1750-1795)*. Dissertação (Graduação em História) Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2009, p. 14;

³² *Ibidem*, p. 15.

TABELA 1 – Relação do ofício de seus senhores e seus escravos, Ouro Preto e Mariana (1740/1810)³³

Ano	Ofício dos proprietários	Ofício dos escravos	Número de escravos	
1742		Carpinteiro	02	
		Carapina	03	
		Alfaiate	01	
		Ferreiro	01	
1769	Pedreiro	Serrador	01	
1786	Sapateiro	Idem	01	
1787	Carapina	Barbeiro	01	
		Mineiro	02	
1788	Alfaiate	Barbeiro	01	
1789	Pedreiro	Idem	01	
1791	Carpinteiro	Idem	01	
		Carpinteiro/entalhador	Carpinteiro	01
		Carapina	01	
1793	Pedreiro	Idem	01	
1796	Pedreiro/ carapina	Idem	01	
1798	Carpinteiro	Idem	02	
1799	Carpinteiro	Carpinteiro	01	
		Enxó ¹	01	
1803	Pedreiro/agricultor	Tropeiro	01	
		Carapina	01	
1808	Dono de terras minerais	Alfaiate	01	
1810	Pedreiro	Pedreiro/carpinteiro	01	
		Pedreiro	04	

FONTE: FONTE: ACSM/AHCP: Testamentos e inventários post-mortem (1740 a 1810)

1- Enxó: tipo de ferramenta utilizada para talhar madeiras, que pode se destinar à construções de embarcações. P. 45

A partir da documentação da Câmara de Ouro Preto, de 1764, Fabiano Gomes da Silva analisa os ofícios mecânicos exercidos em Vila Rica e o universo dos trabalhadores que compõem esse grupo de profissionais. A população de forros, com destaque para os africanos, é muito expressiva, conforme o autor, o que confirma a presença desses indivíduos e sua ascensão no trabalho empregado nas minas. Além dos libertos, a presença de escravos é marcante, e uma das hipóteses levantadas a esse respeito se deve ao relaxamento das normas, regulamentação e fiscalização dos ofícios mecânicos pela Câmara, órgão responsável por esse controle na colônia.

³³ SOUZA, Aderlaine Patrícia de. *Artes, Ofícios e Escravidão: Mariana no século XVIII*. Dissertação (Graduação em História) Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2003, p. 45.

Na medida em que as regras na colônia sofrem adaptações ou até modificações, esse afrouxamento por parte do poder político na regulamentação dos ofícios refletiu também na relação privada entre senhores e escravos, uma vez que o contexto vivido por ambos difere-se da noção da escravidão vinculada ao castigo. Pelo contrário, nesse cenário as relações entre senhores e escravos são pautadas a partir da negociação, pois

“Como o trabalho qualificado era exercido em um ambiente laboral em que a violência e o castigo não asseguravam a obtenção do trabalho especializado, as negociações e os incentivos prefiguravam condições essenciais para o exercício do mando. As manumissões negociadas e obtidas pelos escravos especializados teriam contribuído para aumentar o número desses indivíduos na diversificada economia da vila.”³⁴

Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha em “O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata”, já no primeiro capítulo analisa a relação escravista de produção e o trabalho manual ao afirmar: “Mas, sempre que podiam, os mestres faziam escravos aprenderem ofícios para pô-los a trabalhar em suas tendas, dispensando-se de pagar salários a obreiros (livres).”³⁵

As palavras de Cunha corroboram a existência de uma expressiva parcela de cativos empregados nos ofícios mecânicos pelos seus senhores. E ele constrói a tese de que essa utilização da mão-de-obra escrava pelos mestres oficineiros contribuiu para a criação de um imaginário no Brasil em que o trabalho manual está atrelado ao escravo, afastando os homens livres desse tipo de trabalho e criando certa diferenciação social. A discussão aqui se atém ao fato de que gerando ou não uma distinção social, muitos mestres oficineiros ensinavam aos seus escravos os ofícios mecânicos para se eximirem do trabalho manual e até mesmo do pagamento de um oficial, conforme Cunha. Essa prática beneficiou não só o mestre como também aos escravos, uma vez que facilitaria o acesso ao aprendizado dos ofícios mecânicos por parte dos cativos.

4.1 – Os mestres-oficineiros e seus plantéis de escravos

³⁴ SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: Os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007, p. 89;

³⁵ CUNHA, Luiz Antonio Constant Rodrigues da. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. Ed: UNESP. Brasília, DF: FLACSO, 2005, p. 16.

A pesquisa em questão propôs uma análise de debates historiográficos recentes na construção da defesa da ideia de uma efetiva participação dos escravos nos ofícios mecânicos, e a possibilidade de obtenção da alforria a partir do exercício de uma arte mecânica. Por se tratar mais de um debate historiográfico, não disponho aqui de um banco de fontes primárias que corroborem a pesquisa em questão, mesmo sabendo da necessidade desse levantamento documental para o tipo de trabalho proposto, algo que pretendo em um segundo momento. Porém, analiso apenas duas fontes primárias de grande importância para o objeto de pesquisa em questão: a conquista da alforria a partir dos ofícios mecânicos.

Analiso aqui dois documentos em especial, um testamento e um inventário, de Baltazar Gomes de Azevedo e João Francisco dos Santos, respectivamente. Esses homens fizeram parte do rol dos oficiais mecânicos em Vila Rica, no século XVIII, mais especificamente oficiais do ferro. Esses dois homens aparecem no trabalho já citado aqui de Crislayne Alfacalli, no qual é feita uma análise da importância desses indivíduos no que tange as relações existentes entre os oficiais do ferro em Ouro Preto. Porém, o recorte proposto em questão é outro e através desses importantes ferreiros é que busco pela presença dos escravos no universo das artes mecânicas.

A partir do contato inicial com o testamento de Baltazar Gomes do Azevedo, datado de 1789, já se vê que esse homem possuía alguma tenda de ofício, como se sabe, ferreiro, devido à grande quantidade de ferramentas utilizadas para tal ofício descritas como bens. Dentre os ditos bens encontrava-se um plantel composto por 16 escravos, como se verá no quadro a seguir. Baltazar, assim como outros tantos mestres oficineiros conforme dito anteriormente por Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha, empregou a mão-de-obra escrava em sua tenda de ferreiro. Segundo Crislayne Alfacalli, ao analisar as trajetórias percorridas por esses ferreiros, Baltazar Gomes de Azevedo, possuía ligações com diversas pessoas, até mesmo do Rio de Janeiro, e ainda, esse homem destacava-se dos seus contemporâneos na medida em que “Aprender a desenhar a assinatura não correspondia a um processo de alfabetização, mas é mais um indício de que Baltazar sabia ler, ferramenta importante para controlar sua rede de endividamento.”³⁶

³⁶ ALFAGALI, *op.cit.*, p. 61.

TABELA 2- Quadro de escravos de Baltazar Gomes do Azevedo, conforme seu testamento, Vila Rica, 1789.

Nome	Descrição	Idade	Valor	Observações
Joaquim	Mulato	Cinquenta anos	40\$000	Que foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quarenta mil réis com atenção a padecer moléstia 40\$000.
Antônio	Crioulo	Quarenta e cinco anos pouco mais ou menos	150\$000	
José	Nação Angola	Sessenta anos	100\$000	
José Benguela		Sessenta anos	40\$000	
Manoel Cobu		Sessenta anos	40\$000	
Manoel [?]		Vinte e oito anos	40\$000	
Cipriano	Mulato	Vinte e cinco anos pouco mais ou menos	100\$000	Que se acha com um pleito em juízo pretendendo a sua liberdade o qual sendo visto pelos ditos louvados na quantia de 100\$00 com atenção a ser quebrado 100\$000.
Lourenço	Mulato	Sessenta anos pouco mais ou menos	80\$000	
Barbara	Crioula	Trinta e cinco anos pouco mais ou menos	40\$000	
Antônia	Crioula	Trinta anos pouco mais ou menos	80\$000	
Veridiana	Cabra	Dezesseis anos pouco mais ou	80\$000	que foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de 80\$00

		menos		
Maria	Cabrinha	Dois anos pouco mais ou menos	40\$000	
[?]	Crioula		60\$000	
Manoel	Mulatinho	Treze anos pouco mais ou menos		O qual declarou ele inventariante o levou deste casal a herdeira Joana casada com José Peres de Oliveira.
Teodósio	Crioulo	Treze anos pouco mais ou menos		que declarou ele inventariante o levou deste casal o herdeiro Silvério Gomes.
Felícia	Cabrinha	Dez anos pouco mais ou menos	60\$000	que declarou ele inventariante a levou deste casal a herdeira Francisca que se acha casada com Feliciano José Andrade que foi vista e avaliada pelos ditos louvados por se achar presente na quantia de 60\$000.

FONTE: Testamento de Baltazar Gomes de Azevedo, 1789. Casa dos Contos, Arquivo Judiciário. Rolo 04, Volume 12, fl. 69v-71. Códice 57 Auto 643 2º Ofício.

Baltazar Gomes de Azevedo nos parece ter sido mais um administrador de sua tenda ao se aproveitar das habilidades dos seus escravos. Ficando o próprio Baltazar a cargo de cuidar da sua rede de contatos e negociações a fim de se manter diante das oscilações do mercado, no que tange os ofícios mecânicos. Baltazar nomeia como seu testamenteiro o Alferes José Marques Guimarães incumbindo-o que se cumpra a sua vontade. O interessante desse testamento é que a vontade do dito Baltazar é que se avaliem alguns de seus escravos devidos suas habilidades específicas nas artes mecânicas.

No dia 10 de fevereiro de 1792, data de abertura do testamento consta a seguinte fala: “diz o Alferes José Marques Guimarães testamenteiro de Baltazar Gomes de Azevedo que por [?] se fez inventário por este Juízo dos bens da testamentaria e porque entre eles se compreenderam vários escravos do ofício de caldeireiros outros de ferreiro aos quais não foi dado seu legítimo valor pelos louvados do Conselho por estes não serem de profissão dos ditos ofícios; nestes termos requer o suplicante por evitar o prejuízo de credores e testamentaria, que se proceda a nova avaliação nos ditos escravos com pessoas que entendam

dos ofícios respectivos como São Domingos Gomes Ferreira e Manoel José Machado e Manoel João Pereira e Manoel Rodrigues Rosa.³⁷

Ainda que fosse para sanar as dívidas ou evitar prejuízos aos herdeiros, veremos que de fato esses escravos foram avaliados conforme suas habilidades, passando a ter um ofício. Dessa forma, se vê a existência de uma variada gama de oportunidades para os escravos que exerciam alguma atividade mecânica, que poderia iniciar com uma simples especialização diferenciando-o de seus demais, possibilitando um acúmulo de pecúlio que serviria para a compra de seu papel de liberdade. Conforme testamento, consta no dia 30 de abril de 1792 a Instituição dos novos louvados sob a avaliação de Domingos Gomes Ferreira e Manoel José Machado oficiais do ofício de caldeireiro e Manoel João Pereira e Manoel Rodrigues Rosa ficando o ofício de ferreiro. Instituição essa que agrega aos escravos maior valor de mercado devido sua especialização e por outro lado, abre ao próprio escravo uma porta à sua mobilidade para além do cativo.

TABELA 3 - Comparação entre os preços dos escravos após avaliação das suas habilidades mecânicas.

Nome	Idade	Ofício	Valor 1 ¹ (1789)	Valor 2 ² (1792)	Variação (%)
Antonio Crioulo	De Idade que [?] ³	Não consta	150\$000	180\$000	20%
Joaquim mulato	50 anos pouco mais ou menos	Oficial de caldeireiro	40\$000* ⁴	125\$000	212,5%
Cipriano mulato	Vinte e cinco anos pouco mais ou menos	Oficial de caldeireiro	100\$000	195\$000	95%
José de nação Angola	Sessenta anos	Oficial de caldeireiro	100\$000	110\$000	10%
Lourenço mulato	60 anos pouco mais ou menos	Oficial de ferreiro	80\$000	84\$000	5%

FONTE: Testamento de Baltazar Gomes de Azevedo, 1789. Casa dos Contos, Arquivo Judiciário. Rolo 04, Volume 12. Códice 57 Auto 643 2º Ofício, fl14v. 30/04/1792.

- 1- Valor referente à avaliação no período do testamento (1789), sem constar a especialização dos escravos;
- 2- Valor referente ao período posterior a abertura do testamento, em 1792, em que por vontade do testamenteiro, manda que se avaliem seus escravos conforme seus ofícios, e o mesmo o foi cumprido;
- 3- No testamento de Baltazar Gomes de Azevedo, conforme o quadro acima consta a idade do dito escravo em “quarenta e cinco anos pouco mais ou menos”;

³⁷ Testamento de Baltazar Gomes de Azevedo, 1789. Casa dos Contos, Arquivo Judiciário. Rolo 04, Volume 12, fl. 14.

- 4- No dito testamento consta uma observação que deve ser levada em conta ao analisar a valorização do escravo, uma vez que no período do referido testamento “Que foi visto e avaliado pelos ditos louvados na quantia de quarenta mil réis com atenção a padecer moléstia 40\$000”.

Conforme os dados obtidos no quadro acima, a primeira informação que chama atenção é a valorização do escravo mediante reconhecimento de suas habilidades, todos os cativos avaliados pertencentes à escravaria do falecido Baltazar Gomes de Azevedo tiveram seus preços aumentados depois de sua avaliação e reconhecimento das habilidades mecânicas. Analisando a faixa etária desses escravos vê-se a forte presença de adultos exercendo as artes mecânicas. Um dos motivos pode ser o fato de que para exercê-lo, mesmo que na colônia, exigia certo aprendizado, uma vez que era recorrentes esses oficiais iniciarem como aprendizes, para depois se tornarem de fato oficiais mecânicos.

Parte dessa população escrava adulta que exercia um ofício, geralmente conseguia sua manumissão, a partir de uma prática recorrente no século XVIII, nas minas, a coartação, o pagamento parcelado da sua liberdade a partir da prestação de serviços ou da obtenção de recursos por meio de doações.³⁸ A própria coartação remete a existência de uma esfera de negociação entre os senhores e escravos, pois a definição de prazos e preços da coartação ficava a cargo de ambas as partes, não sendo apenas uma conveniência do senhor, quanto ao valor a ser pago, geralmente era o próprio valor do escravo, equiparando-se com o valor de mercado.³⁹

Outro importante oficial cuja escravaria se pretende analisar é a do reinol João Francisco dos Santos, morador na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Vila Rica, exercia o ofício de ferreiro, e por causa do dito ofício conseguiu acumular bens, entre eles, alguns escravos. Em seu inventário datado de 1788, consta um plantel composto por oito escravos, e chama à atenção por apenas um dos oito escravos inventariados não possuir ofício, enquanto os outros exerciam atividades muitas delas relacionadas ao próprio ofício do seu senhor.

TABELA 4 – Número de escravos de João Francisco dos Santos, conforme inventário, Vila Rica, 1788.

Nome	Descrição	Idade	Observações	Valor
Manoel	Nação Angola	35 anos pouco mais ou menos	Com a menção a ser mineiro	120\$000
Joaquim	Nação Benguela	Trinta e cinco anos pouco mais ou menos	Menção a ser mineiro	110\$000
Caetano	Nação	Trinta cinco anos	Mineiro com os pés	90\$000

³⁸ SILVA, *op. cit.*, p. 89.

³⁹ GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em minas colonial e provincial*. Dissertação (Doutorado em História) Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999, p. 273.

Francisco	Angola Nação Benguela	Cinquenta anos pouco mais ou menos	inchados Mineiro	130\$000
Mariana	Crioula	Trinta e um anos	[conheira]	100\$000
Manoel	Pardo	Trinta anos pouco mais ou menos	Oficial de ferreiro	150\$000
José Antônio	Pardo	Quarenta e oito anos	Oficial de ferreiro	200\$000
João	Nação Angola	Setenta anos pouco mais ou menos	-	10\$000

FONTE: AHMI/AHCP. Inventário de João Francisco dos Santos, 1º ofício, cód. 70, a. 831, 1788.

O senhor João Francisco dos Santos apenas cita seus escravos, descrevendo-os como um dos seus bens. O que se vê mais uma vez é a grande presença de escravos no rol dos ofícios mecânicos, e por suas especialidades serem, principalmente, mineiro e ferreiro, vê-se que, possivelmente, Santos assim como outros donos de tendas de ofícios, também empregavam sua própria escravaria.

Em relação ao valor de mercado dos escravos de Santos tinham em média um valor de 128\$570 comparando-os com os de Baltazar que valiam em média 138\$800, ambos se situam dentro do valor de mercado dos escravos especializados.

TABELA 5 – Preço médio de escravos oficiais nas minas setecentistas, Ouro Preto e Mariana (1740/1810) ⁴⁰

Ano	Qualidade	Origem/Nação	Idade	Ofício	Condição	Valor
1742	Mulato	Rio de janeiro	39		Oficial	360\$000
	Mulato	Bahia	45	Carapina	Oficial	240\$000
	Mulato	Angola	32	Alfaiate	Oficial	307\$200
	Mulato	Rio de janeiro	30	Carapina	Aprendiz	283\$200
	Mulato	Minas	28	Carapina	Aprendiz	252\$000
	Mulato	Minas	20	Carpinteiro	Oficial	Não consta
	Mulato	-	16	Ferreiro	Aprendiz	153\$600
	Mulato	Nação Mina	40	Fazer telha	Oficial	180\$000
1769	Mulato	Bahia	30	Talhar madeira	Oficial	200\$000
	Molato	-	28	Serrador	Oficial	200\$000
1786	Crioulo	-	40	Sapateiro	Oficial	120\$000
1787	Crioulo	-	20	Barbeiro	Oficial	100\$000
1788	-	Angola	20	Barbeiro	Aprendiz	130
1789	-	Benguela	50	Pedreiro	Oficial	120
1791	-	Angola	35	Carpinteiro	Oficial	180
	-	Angola	30	Carpinteiro	Aprendiz	120

⁴⁰ SOUZA, *op. cit.*, p. 42.

1793	Crioulo	-	-	Carpinteiro	Oficial	Não consta
1799	-	Congo	-	Pedreiro	Oficial	Não consta
	-	-	Moleque	Carpinteiro	Oficial	200\$000
1803	-	-	-	Enxó	Oficial	100\$000
	-	Benguela	42	Carapina	Oficial	130\$000
1808	Crioulo	-	30	Tropeiro	Oficial	110\$000
1810	Crioulo	-	-	Alfaiate	Oficial	250\$000
	Pardo	-	24	Pedr./carp.	Oficial	220\$000
	Pardo	-	28	Pedreiro	Oficial	240\$000
	-	Mussumbe	30	Pedreiro	Oficial	210\$000
	-	Congo	30	Pedreiro	Oficial	230\$000
	-	Benguela	60	Pedreiro	Oficial	40\$000

FONTE: ACSM/AHCP: Testamentos e inventários post-mortem (1740 a 1810)

Apenas um escravo pertencente à escravaria de Santos possui preço abaixo do mercado, de acordo com a presente documentação isso se deve primeiramente a não-especialização, visto que escravos especializados tinham seu valor de mercado aumentado, e o segundo é a questão da idade, por se tratar de um escravo de setenta anos, que se encontra classificado como idoso.

Outro ponto que se deve considerar é a efetiva participação de africanos no plantel de João Francisco dos Santos, dos oito escravos inventariados cinco são africanos, três de nação Angola e dois de nação Benguela. Conforme levantamento feito por Fabiano Gomes da Silva com inventários e testamentos dos construtores em Vila Rica, entre os anos de 1742 a 1790, constatou-se marcante presença de africanos dentro do universo dos ofícios, 67,9% de africanos em relação aos nascidos na colônia, que representavam 23,7%, sendo a maioria dos cativos africanos procedentes das nações Benguela, Congo, Angola e Costa da Mina.⁴¹ Ainda de acordo com os dados obtidos a partir do inventário de João Francisco dos Santos, o que se sabe é que ele representa mais um oficial mecânico reinol, da segunda metade do século XVIII, natural do Bispado do Porto, e essa informação pode se cruzar com a grande incidência de africanos em seu plantel de escravos, uma vez que

“Quanto às pesquisa para Minas Gerais, devemos chamar atenção para a pouca atenção dispensada à presença e à participação de escravos e libertos (ex-escravos), africanos e nativos, nas equipes dos oficiais reinóis e na produção comumente chamada de barroco e rococó. Para alguns estudiosos, os mestres e oficiais reinóis dominaram quase que todo o mercado de trabalho, exceto quando surgiu a primeira geração dos

⁴¹ SILVA, *op. cit.*, p. 94.

seus descendentes mulatos, como no celebre caso do carpinteiro português Manoel Francisco Lisboa e o seu filho Antônio Francisco Lisboa, o aleijadinho. Já os escravos africanos e crioulos (filhos de africanos, nascidos no Brasil) não passavam de meros serventes que “faziam os trabalhos mais árduos e os mais simples.”⁴²

O que se pode aferir da discussão acima é que grande parte dos ofícios mecânicos realizados em Minas Gerais, mais especificamente na Comarca de Ouro Preto, durante o século XVIII, foi realizado por oficiais lusitanos que se estabeleceram nas minas e que utilizaram em grande medida a mão-de-obra cativa, principalmente a africana, na prestação de serviços realizados. E esses serviços possivelmente estavam voltados para alguma atividade auxiliar da mineração, já que o próprio João Francisco dos Santos era oficial de ferreiro e muitos dos seus cativos exerciam o ofício de mineiros e ferreiros, o que confirma a ideia de que nesses setores grande parte da mão-de-obra cativa empregada era africana, em detrimento aos crioulos, pardos e mulatos.⁴³

4.2 – As alforrias em Minas Gerais: um breve comentário

“Na conversa registrada por Candler e Burgess: o acesso à manumissão aparece, pelo menos em parte, como uma decisão dos escravos, que manifestavam preferir o cativo ao serviço na tropa. Ou seja, a “preferência” formulada pelos cativos, e apreendida pelos súditos da Rainha Victória, coloca a questão de que até que ponto os cativos poderiam influir na decisão de seus senhores no tocante a concessão das alforrias.”⁴⁴

Da afirmação acima feita por Andréa Lisly Gonçalves, pode-se aferir uma evidente possibilidade de negociação dentro das relações escravistas. Até o ano de 1871, não existiu nenhuma legislação que vigorasse em torno das relações escravistas no que diz respeito ao acesso à liberdade. Cabendo aos próprios sujeitos desse sistema a escolha de suas ações. Em que vale ressaltar, de acordo com a teoria proposta por Friedrich Barth, de que cada um desses indivíduos envolvidos lutava pela defesa de seus interesses próprios. A seguinte passagem da autora corrobora a tese defendida da existência de um campo de negociação entre senhor e escravo no que tange ao âmbito da conquista da alforria, uma vez que a

⁴² Ibidem, p. 18;

⁴³ Ibidem, p. 88;

⁴⁴ GONÇALVES, op. cit., p. 16.

“Decisão privada, mas que dependia dos intrincados meandros que envolviam uma relação peculiar onde, insista-se, homens eram proprietários de outros homens. Assim, talvez não fosse incorreto afirmar que o outro pólo da relação, o “beneficiário” da alforria, também poderia influenciar nos termos em que a liberdade acabava se concretizando, o que se torna perceptível no próprio texto dos papéis de liberdade. Na mesma linha de raciocínio parece um equívoco, ou uma visão parcial do processo, supor que apenas o escravo manumitido seria o único beneficiário da alforria. Desconsiderando-se até mesmo os casos em que havia uma contrapartida em dinheiro, negociar algum tipo de fidelidade, ou até mesmo livrar-se de um escravo indesejado, poderia significar, para o proprietário, um importante benefício para a estabilidade de um sistema baseado no uso sistemático da força.”⁴⁵

As palavras de Gonçalves corroboram o estudo em questão, na medida em que a prática de manumissão favoreceu de um lado os escravos, garantido-lhes a liberdade, e de outro aos senhores, que se livraram de um gasto oneroso, como por exemplo, os escravos idosos. Ou seja, a manumissão como resultado de uma negociação, pautada pelo interesse individual de cada uma das partes, em que nesse caso, beneficiou a ambas. Ao contrário do que a historiografia tradicional defende, a alforria como uma concessão advinda da vontade senhorial ou ainda, contrária a noção de leniência da escravidão, como se o escravo, diante da violência em que se estabeleceu essa forma de apropriação de trabalho no Brasil, tivesse a chance de alcançar sozinho, a liberdade.

4.3 – Ofícios mecânicos: possibilidades de conquista da liberdade

Uma das práticas recorrentes utilizadas pelos escravos especializados das minas para a conquista da sua carta de liberdade, para o recorte proposto de 1770 a 1810, foi à prática de coartação, uma espécie de acordo firmado entre senhor e escravo no qual o segundo pagaria sua liberdade parceladamente. Nessas condições, o escravo ficava numa situação de transição entre a condição de cativo e livre. Alguns autores confirmam o alto índice de coartados a partir da crise da mineração, dentre eles Schwartz e Souza, porém essa prática perde força em meados do século XIX. O valor pago, nesses casos, equivalia ao valor de mercado dos

⁴⁵ Ibidem, p. 19.

escravos, e a fixação de prazos e preços a serem pagos eram algo decidido entre as partes, evidenciando a existência da negociação entre os envolvidos, de acordo com Lisly.

Lisly afirma que a maior parte dos registros de alforria na Comarca de Ouro Preto para o período em questão foi o de “prestação de serviços por tempo indeterminado”⁴⁶, essa modalidade de alforria se refere a escravos que possuíam alguma especialização, ou seja, os oficiais mecânicos. Estes eram obrigados a prestar algum tipo de serviço para seu senhor ou terceiros, por um tempo indeterminado, em muitos casos até a morte desse senhor, e algumas vezes não havia pagamentos. Ou seja, o pagamento é feito apenas pelo próprio trabalho, assemelhando-se às alforrias gratuitas condicionais. Nesse tipo de negociação, os homens eram mais beneficiados do que as mulheres, confirmando uma preponderância masculina em relação aos ofícios mecânicos em detrimento das mulheres.

Além dessa prática, o “auto-pagamento” ganhou força a partir do século XIX, uma prática em que o próprio cativo reúne a quantia necessária para comprar sua carta de liberdade. Uma hipótese para o aumento das alforrias pagas, tanto a coartação quanto o auto-pagamento, foi o aprendizado de um ofício mecânico, uma especialização que possibilitou ao escravo um acúmulo de pecúlio, pois em se tratando de um período de crise aurífera, não teria como obter o valor necessário como antes era feito através dos trabalhos nas minas e faisqueiras. Ainda que se mostre muitas vezes o esforço empreendido pelo cativo na compra da sua carta de liberdade, muitos senhores consideram a alforria como agradecimento pelos serviços prestados, ou seja, na tentativa de evidenciar a posse, a liberdade como algo concedido pelo senhor eximindo do escravo sua contribuição nessa conquista.

Outra forma de compra da liberdade abordada por Lisly, no oitocentos, e que se remete ao objeto em questão é a compra de liberdade por terceiros, de acordo com a autora:

“Esta modalidade compreendia, tanto a transferência da dívida do liberto com a alforria para um negociante interessado em alugar sua mão-de-obra por determinado período (aproximando-se da “liberdade a crédito”, que às vezes era registrada no documento com a expressão: “coartado por terceiros”) quanto o pagamento da alforria por parentes, amigos ou padrinhos do escravo.”⁴⁷

⁴⁶ Ibidem, p.304;

⁴⁷ Ibidem, p.185;

TABELA 6 – Alforrias e Coartações de escravos artesãos, Ouro Preto e Mariana (1740/1810)
48

ALFORRIA			COARTAMENTO	
Ano	Condicional	Incondicional	Valor	Prazo
1742			300\$000	Não consta
1791	Prestação de serviços		120\$000	5 anos
1793			76\$000	5 anos
			24\$000	5 anos
			96\$000	5 anos
1793		Por bons serviços prestados Não declara o motivo		
1799			120\$000	Não consta
			100\$000	Não consta
1808			250\$000	Não consta

FONTE: FONTE: ACSM/AHCP: Testamentos e inventários post-mortem (1740 a 1810)

Essa modalidade foi recorrente no que tange aos escravos especializados, que muitas vezes pertencia a alguma associação de trabalhadores e que garantiam o pagamento através do seu trabalho. Ainda de acordo com o estudo de Lisly sobre as alforrias nas minas oitocentistas, considera-se que as alforrias por terceiros era muito disseminada entre os artesãos

“Os escravos artesãos recorriam a um expediente extremamente interessante para conseguirem alforria, possibilitado pelo preço pago por sua jornada de trabalho. Conseguia, do locatário de seus serviços, um adiantamento para a compra de alforria no valor correspondente ao seu preço e realizavam com o novo senhor um contrato pelo qual instituía-se uma espécie de escravidão temporária até que a soma dos salários perfizesse o total da quantia adiantada”.⁴⁹

Essa prática do coartamento pode ser observada na escravaria de Baltazar Gomes de Azevedo, citada no tópico “Os mestres-oficineiros e seus plantéis de escravos”, continuando a leitura de seu testamento depara-se com duas situações que exemplificam e confirmam a discussão acima. Uma prática comum era os escravos prestarem seus serviços a outras pessoas e usá-las como seu fiador, como no caso do escravo Antonio Crioulo, pertencente à escravaria de Azevedo e que após avaliação dos ditos louvados teve uma valorização de 20% por exercer um ofício,

“Diz Antonio Crioulo, escravo pertencente a testamentaria do falecido Baltazar Gomes; que ele suplicante tem andado em Praça por dívidas do falecido

⁴⁸ SOUZA, *op. cit.*, p. 48;

⁴⁹ IBIDEM, p.187;

seu senhor; e está avaliado em uma libra e ouro e vinte e três oitavas, e requer que o suplicante tem fiador, para dar para sua liberdade, que é o Alferes Francisco de Araújo Correia, morador nesta Vila; requer o suplicante se sirva mandar tomar-lhe a dita sua fiança, para o benefício da dita sua liberdade, na forma que permite o Direito, pois só quer o tempo de dois anos e meio o pagamento de seis em seis meses no que tocar.”⁵⁰

A existência de uma dinâmica de negociação entre senhores e escravos nas Minas fica explícita a partir da requisição feita pelo escravo Antonio Crioulo aos herdeiros de Azevedo, demonstrando ainda que o suplicante possuísse pleno conhecimento de seus direitos. Direitos esses que remete à negociação entre senhores e escravos, permeada entre sucessos e fracassos, mas que possibilitaram a criação de um direito costumeiro, ainda mais por não existir uma legislação que regulasse esse tipo de relação, algo que só vai haver em 1871. Súplica essa que foi atendida conforme despacho do Senhor Sargento-Mor Juiz de Órfãos que considerou o fiador nomeado pelo suplicante muito suficiente para afiançar o valor do suplicante.⁵¹ Além da negociação com seu senhor o que se vê é que o escravo Antônio Crioulo já havia articulado uma relação com outra pessoa que poderia lhe ajudar na conquista de sua dita liberdade. Esse escravo estava posicionado para a ação, ainda que a ação estivesse condicionada pela suas obrigações, poucos direitos e falta de recursos, era dotado de estratégias e escolhas, em que sabia muito bem a quem se filiar para garantir seus interesses.

De fato os ofícios mecânicos propiciaram nas minas setecentistas o surgimento de uma relação de negociação entre os senhores e seus escravos, em que os últimos viram no exercício de um ofício uma porta para tal negociação. Isso se deve em parte à dinâmica interna das minas e a diversificação da sua economia para atender a atividade mineradora, uma vez que os ofícios mecânicos auxiliaram a mineração na prestação de serviços, como a fabricação de instrumentos e ferramentas, conforme já foi dito neste trabalho. E mesmo com a decadência aurífera esses serviços continuaram sendo demandados por grande parte da população.

Bárbara Crioula é outro exemplo dessa dinâmica de negociação, também pertencente à testamentária de Baltazar Gomes de Azevedo, foi avaliada na quantia que segundo ela constará, “quer lançar sobre si a mesma para sua liberdade desde já oferece trezentos réis sobre a avaliação, fiado para tempo de ano e meio, debaixo de fiança, para a qual oferece ao

⁵⁰ Testamento de Baltazar Gomes de Azevedo, 1789. Casa dos Contos, Arquivo Judiciário. Rolo 04, Volume 12, fl. 25.

⁵¹ *Ibidem*, fl 25.

Quartel Mestre Eusébio da Costa Ataíde, morador no Ouro Preto desta Vila, muito abonado e suficiente como é notório.”⁵²

Ao menos, diante da escravaria de Baltazar Gomes de Azevedo, vê-se que a prática da coartação aliada à presença de um fiador que garantisse o pagamento das parcelas era uma das formas utilizadas na busca pela liberdade. Já que mais uma vez o Senhor Sargento-mor Juiz de Órfãos julga procedente o pedido da suplicante, pois nas palavras do próprio juiz, “o fiador que a suplicante nomeia é suficiente para a rematação que pretende fazer e disso nenhuma dúvida”.⁵³ O fiador em questão foi um dos mais importantes artífices da Província de Minas Gerais, o Mestre Ataíde, responsável pela construção e ornamentação de várias Igrejas na comarca de Ouro Preto.

A prática de coartação torna-se peculiar e interessante na análise desse trabalho, pois se busca aqui pela existência de um ambiente de negociação nas relações escravistas entre senhores e escravos, e de fato essa prática corrobora a existência de um jogo de interesses pautado na negociação. Pois no que tange aos ofícios mecânicos, a coartação não partiu nem da bondade do senhor que reconhece os bons serviços prestados pelo seu escravo-oficial, muito menos da vontade desses escravos em se libertarem. O campo de negociação aqui é algo mais complexo, pautado pelo interesse dos senhores que sabiam da importância da escravaria para a manutenção e continuidade da prestação dos seus próprios serviços, sendo assim, a fim de garantir a conclusão destes, os senhores concediam a coartação sob a prestação de serviços durante um determinado período de tempo. Tal prática também interessava aos escravos, uma vez que viviam no limiar entre cativo e a liberdade, e por isso, podiam prestar os seus serviços para além do cativo. O que proporcionaria um leque de oportunidades como, por exemplo, a ampliação das suas relações dentro do mercado de trabalho, como no caso dos escravos Antônio e Bárbara crioulos, pertencentes à escravaria de Baltazar Gomes de Azevedo, que conseguiram estabelecer boas relações, e graças a esses contatos impetraram suas liberdades. Ou simplesmente um acúmulo de pecúlio e a própria auto-compra de sua carta de alforria.

“As atividades manuais parecem ter aberto um horizonte de possibilidades aos escravos, haja vista do número de indivíduos especializados alforriados, como ficou demonstrado na observação das trajetórias apresentadas. O mesmo Rodrigues Rosa, citado há pouco, legou sua tenda de ferreiro com todas as ferramentas para seus escravos quartados poderem pagar as parcelas de sua

⁵² Ibidem, fl 27.

⁵³ Ibidem, fl 27.

liberdade. Esta forma de libertar escravos apareceu de forma recorrente, sendo os crioulos os mais freqüentemente beneficiados. Estes, pelos bons serviços prestados ao longo da vida do senhor, acabavam alçados ao mundo dos libertos.”⁵⁴

4.4 - O ofício mecânico: possibilidades de ascensão social

A questão das possibilidades de ascensão social não é o foco central dessa pesquisa, porém certos estudos que consideram tal recorte o fazem a partir da análise de ex-cativos ou descendentes que exerceram algum trabalho especializado. Dessa forma, discorro aqui sobre a ascensão na tentativa de comprovar que um número mesmo que não seja tão expressivo de escravos conseguiram a sua liberdade a partir do exercício de um trabalho manual, que por muitos sempre foi subjugado em relação ao intelectual. Todavia, mesmo aqueles que não conseguiram alcançar seu objetivo lançaram as sementes a seus descendentes. E só a possibilidade de acumular pecúlio e até comprar a alforria fizeram com que esse liberto se diferenciasse em relação a seus pares. Mas uma perspectiva de crescimento na horizontal do que propriamente um enriquecimento, que tenha promovido um rompimento das estruturas sociais vigentes.

Roberto Guedes Ferreira em “Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Séculos XVII-XIX)” defende a existência da mobilidade de forros e seus descendentes, ainda que em um ambiente no qual o trabalho manual vincula-se a certa exclusão social ao associá-lo à escravidão, como o foi difundido pelas elites, no Brasil, desde a colônia. O autor faz caminho contrário a essa historiografia paulista liderada por Caio Prado Júnior, em que segundo ele:

“Adotando o conceito de trabalho de Caio Prado e dialogando com a historiografia, este estudo se ocupa de concepções de trabalho no passado colonial/imperial brasileiro, destacando algumas abordagens sobre o assunto e tentando matizar a idéia de que o defeito mecânico lhe impôs *um* óbice, não apenas no sentido de ocupação de espaços nas esferas produtivas, mas também no de imputar estigma social a trabalhadores, em especial, forros e descendentes de escravos. Ao contrário, afirmo que o trabalho propiciava espaços de ascensão social, o que implica abordar o seu lugar em termos de valor social e de alocação de grupos sociais. Complementarmente, reportar-se à mobilidade social

⁵⁴ PRECIOSO, *op. cit.*, p. 05.

impõe analisar estruturas sociais, pois ascensão social significa movimento em meio a elas.”⁵⁵

Essa possibilidade de ascensão social a partir dos ofícios mecânicos nos demonstra que mesmo a Coroa, principalmente nas Minas, tentou impor e transplantar o modelo metropolitano para a colônia, mas no caso dos ofícios mecânicos o modelo português não vigorou no Brasil. Pois ao contrário de Portugal em que, mesmo reconhecendo a importância das artes mecânicas ao desenvolvimento técnico - científico lusitano, havia a distinção entre as artes mecânicas e as artes liberais, no qual os ofícios manuais referiam-se aos pobres, associando-o sempre à escravidão. E ainda, no reino, a Coroa promoveu uma organização sistemática dos ofícios, na tentativa de exercer um controle desse tipo de trabalho havendo órgãos de controle e fiscalização rigorosos, como a Casa dos Vinte Quatro (1383).⁵⁶ Nas minas a organização do trabalho mecânico não refletiu o metropolitano, não existindo corporações ou a Casa dos Vinte e Quatro, por exemplo, apenas uma semelhança, a regulamentação continuava sendo feita pela Câmara, que através dos órgãos de postura, regulamentavam, entre outros, a existência de escravos nos ofícios. E é devido a essa adaptação do modelo trazido para a colônia que existem várias distinções nas minas, segundo Crislayne Alfagalli:

“... O viver em colônias abria um amplo campo de negociação e modificação das normas e hierarquias transladadas desde o reino”. Bicalho abre um gama de alternativas das atuações dos oficiais mecânicos que não se restringem apenas à construção material, mas também aos mecanismos de ascensão social: enriquecimento, ocupação de cargos públicos, o letramento, com os quais podiam articular suas relações na sociedade.”⁵⁷

Tal acomodação das normas e a falta de uma organização e estruturas rígidas de controle acerca dos ofícios nas minas possibilitaram a participação de uma variada gama de indivíduos, no qual se figura entre eles, em número expressivo, de acordo com a historiografia existente e percorrida nesse trabalho, a presença de elementos descendente do cativo. Mesmo que a historiografia tradicional defenda que esses indivíduos provenientes do cativo compuseram um contingente de excluídos e marginalizados, os “desclassificados sociais”, nas palavras de Laura de Mello e Souza, percebe-se que a artes mecânicas nas minas teve

⁵⁵ GUEDES, Roberto . *Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (séculos XII-XIX)*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 7, p. 379-422, 2006, p. 379;

⁵⁶ ALFAGALLI, *op. cit.*, p.34;

⁵⁷ *Ibidem*, p. 40.

participação expressiva de escravos, forros, libertos, pardos, mulatos ou negros e ainda assim, conseguiram diminuir o estigma da escravidão e inferioridade, ascendendo a partir do seu ofício. Uma vez que já foi dito que a especialização por si só já servia como critério de distinção social, ainda que fosse dentro do seu próprio meio de convívio, entre seus pares.

Pode-se aferir que, mesmo havendo um preconceito com relação ao trabalho manual na colônia, este possibilitou para alguns indivíduos o acúmulo de pecúlio, proporcionando certa mobilidade social. De acordo com a historiografia recente que analisa os arranjos e as relações internas, pautado em jogo de interesses inerentes à colônia, evidencia a existência de uma distinção dos negros cativos, livres ou libertos especializados em relação aos demais. Reportando-se à pesquisa em questão, pode-se dizer que houve certa valorização dos negros especializados, em detrimento do seu núcleo, ao longo da formação do Brasil. Podendo a especialização e o acúmulo de pecúlio proveniente do ofício ter beneficiado esses escravos proporcionando, em alguns casos, a libertação.

Isso se deveu em grande parte à urbanização, que possibilitou a criação de redes de comunicação e informação, e ao dinamismo da economia mineira, principalmente em períodos da crise da mineração ⁵⁸, em que houve à diversificação das atividades econômicas aliadas à acomodação das normas, possibilitaram aos escravos adentrar no universo dos ofícios mecânicos. O exercício de um ofício conferiu ao escravo um horizonte de possibilidades, sendo a primeira delas a conquista da liberdade. E sem dúvida, diante da violência pela qual a escravidão foi imposta no Brasil, só o fato de se libertar das amarras do cativo significou para alguns escravos uma mobilidade social.

Mesmo que em sentido mais restrito, mesmo que de forma individualizada, várias foram às tentativas de ascensão social impetradas por ex-escravos e seus descendentes, e mesmo que em números pouco expressivos, essa conquista foi alcançada através do trabalho e do pertencimento a um grupo. Quando falo de ascensão aqui, não estou falando de grandes riquezas e poder político, mais sim de uma mudança nas condições de vida, um reconhecimento e aceitação por parte da sociedade em que está inserido, um pertencimento a essa sociedade. E tudo isso era conseguido a partir das relações que esses indivíduos estabeleciam, como por exemplo, a importância em pertencer a uma irmandade, em que:

“ser membro de uma irmandade, ser casado in facie Eclésia e ser membro do regimento militar dos pardos consistiam nos fatores, que, quando agregados,

⁵⁸ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Editora UFMG, 2001, p. 05.

perfaziam o melhor caminho ou a melhor estratégia para lograr distinção e reconhecimento.”⁵⁹

Não só a conquista da alforria possibilitava à ascensão econômica e social do liberto, mas o que se vê é que as liberdades somadas ao estabelecimento de relações de compadrio ou até mesmo conjugais e ao exercício de uma atividade profissional, condicionava esse indivíduo melhores chances de aferir prestígio e aceitação social.⁶⁰ Ainda assim, essa mobilidade ficou restrita a uma pequena parcela da população que viveu no limiar entre cativos e livres, compondo uma classe intermediária, segundo Eduardo França Paiva, dos forros e libertos.

⁵⁹ Os pardos forros e livres em vila rica: sociabilidade confrarial e busca por reconhecimento social (c.1746 - c.1800). Revista OPSIS, Departamento de História e Ciências Sérias da UFG, v. 8, nº 11, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9367>. Acessado em: 24/04/2011, p. 337;

⁶⁰ *Ibidem* p. 326.

5 – Conclusão

Pretendeu-se por meio desse pequeno balanço historiográfico sobre a escravidão e a política de manumissões em Minas Gerais, a partir de uma metodologia micro-analítica, evidenciar a existência de exceções no que tange às relações escravistas vigentes na colônia. Ou seja, a busca por um campo de negociação que pautava as relações entre os senhores e seus escravos, não apenas no sentido vertical, de cima para baixo, mas como algo que em certos contextos pode ter ocorrido de forma horizontal. Como no caso do presente trabalho em que propus a existência dessa dita negociação dentro do contexto dos ofícios mecânicos.

Pautada a partir da noção de que todos os indivíduos envolvidos nesse processo são dotados de interesses e estratégias, defendi aqui a ideia de que o aprendizado de um ofício por parte do escravo permitiu a este uma variada gama de possibilidades, tais como o acúmulo de pecúlio e a compra, muitas vezes, como no caso das quartações, que foi mostrado, da sua liberdade. Procurei evidenciar a existência de um jogo ou troca de interesses, ao contrário do que a historiografia tradicional reпреende como leniência, a conquista da alforria aqui não parte de uma concessão senhorial, uma vez que demonstrei não só os interesses dos cativos nessa relação como também de seus donos. Já que uma prática recorrente entre os oficiais era empregar seus escravos eximindo-se assim, dos pagamentos de jornais a outros oficiais. Comprovando a negociação, uma vez que ambas as partes se beneficiam nesse processo.

Para tanto adentramos no universo dos ofícios mecânicos, e através da comparação com a metrópole portuguesa pode-se ver que graças ao afrouxamento das normas e regulamentações em torno dos ofícios na colônia é que possibilitou a entrada de escravos nesse universo. Enfim, ainda que em número pouco expressivo, existiram aqueles que conseguiram através de seu trabalho e esforço garantir sua liberdade, destacando-se dos seus pares e acendendo socialmente.

Tudo isso se deveu à complexidade das relações que se formaram nas Minas, diferentemente de outras regiões da colônia. Muitas vezes vistas como uma desordem social, administrativa e política, pelo contrário, o que se viu foi à existência de uma mobilidade e independência da colônia, ainda que apenas de forma econômica, em relação à metrópole. Mesmo que essa tenha tentado implantar nas Minas um maior controle e rigor político do que em outras áreas colônias. Complexidade essa que favoreceu aos cativos na luta por sua emancipação.

6 – BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS:

1. Fontes manuscritas:

AHMI, Casa do Pilar. Inventário de João Francisco dos Santos, 1º ofício, cód. 70, a. 831, 1788.

Casa dos Contos, Arquivo Judiciário. Testamento de Baltazar Gomes de Azevedo, 1789. Rolo 04, Volume 12, fl. 69v-71.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros na íntegra

ALMEIDA, Carla e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). *Nomes e Números: Alternativas Metodológicas para a História Econômica e Social*. Editora: UFJF, 2006.

EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. Tradução de H. P. de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 08.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e uma elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro (1790-1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas Cole, Org.; FURTADO, Junia Ferreira, Org. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo, Ed: Annablume, 2006.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Editora UFMG, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Editora: Graal, 2º edição, 1989.

2. Capítulos de livros

BOSCHI, Caio César. Igreja, Estado e Irmandades em Minas Gerais. In: *Os leigos e O poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Editora Ática, 1986, cap.3.

CUNHA, Luiz Antonio Constant Rodrigues da. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. Ed: UNESP. Brasília, DF: FLACSO, 2005, cap. 1,2.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: _____ e ANASTASIA, Carla Maria Junho (org). *O Trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, p. 187-207.

_____. *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI e XVIII)*. São Paulo, Annablume, 2006, caps. 1, 2, 3.

3. Artigos de periódicos

GUEDES, Roberto . *Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (séculos XII-XIX)*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 7, p. 379-422, 2006.

4. Documentos em meio eletrônico

ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. *Artífices Na Vila Rica Setecentista: Possibilidades De Pesquisa*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/atas/atas-IEHA-v2-066-73-jeaneth%20xavier%20de%20araujo.pdf>. Acessado em: 24/04/2011.

LEVI, Giovanni. Problema de escala. In: *Relaciones 95*, verano 2003, vol. XXIV p. 282. Disponível em: <http://www.colmich.edu.mx/relaciones/> Acessado em 27/03/2011.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Contribuição ao Estudo de um Núcleo Urbano Colonial (Vila Rica: 1804)*. Estudos Econômicos, São Paulo, IPEUSP, v. 8, n° 3, p. 1-68, 1978. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar4.pdf
Acesso em: 31/07/2011

MENESES, José Newton Coelho. Ensinar com amor e castigar com caridade: mestres e aprendizes de ofícios no reino e nas minas gerais colonial. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/340JoseNewtonMeneses.pdf> Acessado em: 24/04/2011.

_____. Ensinar com amor uma geometria prática, despida de toda a teoria da ciência e castigar com caridade: a aprendizagem do artesão no mundo português, no final do século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, Jan/Jun 2007, n° 37: p.167-183. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A031.PDF>. Acesso em: 24/04/2011.

PRECIOSO, Daniel. “Artes Mecânicas” em Vila Rica setecentista: os pardos forros e livres”. Artigo publicado na Revista Histórica edição n° 32 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.historica.arquiwoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao32/materia03/>. Acessado em: 24/04/2011.

_____ Grupos étnicos e sociabilidade confrarial: aspectos da luta social dos pardos na vila rica setecentista. Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH: Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/grupos_eticos_e_sociabilidade_confrarial.pdf. Acessado em 24/04/2011.

_____ Os pardos forros e livres em vila rica: sociabilidade confrarial e busca por reconhecimento social (c.1746 - c.1800). Revista OPSIS, Departamento de História e Ciências Sórias da UFG, v. 8, nº 11, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9367>. Acessado em: 24/04/2011.

5. Monografias, dissertações e teses

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Ferro em obras: oficiais do ferro, Vila Rica (1750-1795)*. Dissertação (Graduação em História) Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2009.

DIÓRIO, Renata Romualdo. *As marcas da liberdade: trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em minas colonial e provincial*. Dissertação (Doutorado em História) Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

PRECIOSO, Daniel. *As estratégias de branqueamento social dos artistas e artífices da Confraria de São José dos Homens Pardos ou Bem Casados - Vila Rica, 1730-1823*. Dissertação (Graduação em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2007.

SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: Os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, Aderlaine Patrícia de. *Artes, Ofícios e Escravidão: Mariana no século XVIII*. Dissertação (Graduação em História) Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2003.